



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



EDITAL RETIFICADO

Processo nº	055/2024		
Modalidade Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº	036/2024	027/2024	
Tipo	Menor preço por item		
Dotações Orçamentárias	Constante no edital		
Da participação	<p>Para os efeitos desta contratação e ainda o que dispõe o art. 47 inciso I da Lei 123/06 nas contratações públicas da administração municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).</p> <p>Esta licitação terá exclusividade na contratação de MPE'S sediadas local e regionalmente conforme dispõe o Decreto Municipal 1380/2021 e definições neste edital o âmbito regional compreenderá os limites geográficos do Estado de Minas Gerais. Portanto, apenas os itens 05,102,125, 126,127 e 128 terão destinação a ampla concorrência.</p>		
Da sessão pública do pregão eletrônico	<p>Fim do recebimento das propostas : 10/06/2024 às 08h59min Abertura da Sessão Pública: 10/06/2024 às 09h00min Início da Sessão de Disputa de Preços: 10/06/2024 às 09h00min</p> <p style="text-align: center;">SESSÃO PÚBLICA: DIA: 10 de Junho de 2024 HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 09h00min (horário de Brasília/DF)</p>		
Site para realização do pregão	Portal: www.licitanet.com.br		
Modo de disputa	Aberto		
Objeto do certame	<p>Constitui objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E OUTROS PARA TODAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO, nas quantidades, qualidades e condições descritas no Termo de Referência.</p>		
Edital	<p>O edital e anexos estão disponíveis com o Pregoeiro/Agente de Contratação, na Prefeitura Municipal, horário de 12hs às 17hs, de segunda a sexta-feira.</p> <p>O edital com os anexos está publicado nos sites https://presidenteolegario.mg.gov.br/licitacoes/ e www.licitanet.com.br para acesso e download por qualquer interessado, sem ônus. Não serão fornecidos editais por fac-símile e pelos correios.</p>		
Contatos e informações:	<p>Monize Angela de Andrade – Pregoeira Telefone (34) 3811-0070 E-mail: licitacao@po.mg.gov.br</p>		

Lei Federal 14.133/21:

Art. 83. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



1. PREÂMBULO

O Município de Presidente Olegário, com endereço à Praça Doutor Castilho, nº 10, Bairro: Centro, Presidente Olegário/MG, CEP nº .38.750-000, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº 055/2024**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 036/2024, com Registro de Preços nº 027/2024**, do tipo **menor preço item**, regido pela Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 1497/2022, que regulamenta o pregão eletrônico no município de Presidente Olegário/MG e demais condições fixadas neste edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

Fim do recebimento: **10/06/2024** às 08h059min

Abertura da Sessão Pública **10/06/2024** às 09h00min

Início da Sessão de Disputa de Preços: **10/06/2024** às 09h00min (horário de Brasília/DF)

DIA: 10 de Junho de 2024

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

2 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 - O pregão, na forma eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

2.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) público(a) do Município de Presidente Olegário, nomeado para cargo de Pregoeiro/Agente de Contratação, através da Portaria nº 019/2024 e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica www.licitanet.com.br.

2.3 - As comunicações referentes ao certame serão publicadas no site www.licitanet.com.br e www.po.mg.gov.br, na aba de licitações. As demais condições constam do presente edital, seus anexos.

3 - OBJETO

3.1 - Constitui objeto da presente licitação **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E OUTROS PARA TODAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, nas quantidades, qualidades e condições descritas no termo de referência.

4 – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

4.1 - É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **esclarecimentos** sobre o **ato convocatório do pregão** e seus **anexos**, observado, para tanto, o prazo de **até 3 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**.

4.1.1 – Os esclarecimentos pretendidos serão dirigidos ao Agente de Contratação, preferencialmente pelo sistema no endereço www.licitanet.com.br, através de e-mail licitacao@po.mg.gov.br ou através de protocolo no setor respectivo da Prefeitura Municipal de Presidente Olegário/MG.

4.1.2 – Não serão respondidos questionamentos orais (através de telefone).

4.1.3 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.1.4 - No campo "mensagens" serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que o(a) Pregoeiro(a) julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o *site* com frequência.

4.2 - É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **providências** ou de **impugnação** ao **ato convocatório do pregão** e seus **anexos**, observado, para tanto, o prazo de **até 3 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**.

4.2.1 – A impugnação ou pedido de providências será dirigido ao Pregoeiro, preferencialmente pelo sistema no endereço www.licitanet.com.br, através de e-mail licitacao@po.mg.gov.br ou através de



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



protocolo no setor respectivo da Prefeitura Municipal de Presidente Olegário/MG.

4.2.2 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **02 dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

4.2.3 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.2.4 - Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.2.5 - A decisão do(a) Pregoeiro(a) será divulgada no *site* do Município, aba licitação e no sistema www.licitanet.com.br para conhecimento de todos os interessados.

5 – LOCAL ONDE PODERÁ SER EXAMINADO O EDITAL E SER ADQUIRIDO

5.1 - O edital encontra-se disponível na internet, nos *sites* www.po.mg.gov.br e www.licitanet.com.br para acesso e download por qualquer interessado, sem ônus, independente de qualquer pagamento. Não será fornecido edital por fac-símile e pelos correios.

6 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 - Poderão participar desta licitação empresas individualmente cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado, e em condições de atender todas as exigências deste pregão, constantes deste Edital, termo de referência e seus Anexos, e que estejam devidamente credenciadas, através do site www.licitanet.com.br.

6.1.1 - Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ao Portal: Licitanet no site www.licitanet.com.br, até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início do pregão.

6.1.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.1.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.1.4 - O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

OBS: A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.2 - O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, **deverá declarar, em campo próprio, no sistema eletrônico, sua condição de ME ou EPP.**

6.3 – O documento comprobatório do enquadramento do licitante como ME ou EPP **deve ser apresentado junto dos documentos de habilitação**, mediante a apresentação de:

a - *Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa;*

b - *Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a*



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalentes, da sede da pequena empresa.

c - O licitante optante pelo Regime do Simples Nacional deverá apresentar Declaração de Opção pelo “Simples Nacional”.

OBS: O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

6.4 – Não será admitida nesta licitação a participação de empresas nas seguintes condições:

6.4.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.4.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.4.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.4.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.4.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.4.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.4.7 – Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.4.8 - Agente público do órgão ou entidade licitante;

6.4.9 - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

6.4.10 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

6.4.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.5 - O impedimento de que trata o item 6.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.6 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.4.2 e 6.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.7 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.8 - O disposto nos itens 6.4.2 e 6.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.9 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

6.10 - A vedação de que trata o item 6.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

7.1 - O credenciamento das empresas interessadas a participar deste Pregão ocorrerá no sítio www.licitanet.com.br.

7.2 - Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e **senha pessoal**, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

7.2.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.2.2. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Licitanet e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8. PROPOSTA COMERCIAL (ELETRÔNICA E DIGITADA)

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. Valor unitário e total do item;

8.1.2. Marca; (SE FOR O CASO)

8.1.3. Fabricante; (SE FOR O CASO)

8.1.4. Em se tratando de produtos de fabricação da empresa, os campos marca e modelo deverão ser preenchidos sem identificar o titular da proposta; (Exemplo: a palavra “marca própria”).

8.1.5. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.4.1 - Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na proposta comercial, ele será considerado como aceito para efeito de julgamento.

8.4.2 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

8.4.3 - Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada a prorrogação de sua validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse deste Município.

8.4.4 - A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

8.5 – Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.6 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1 - O critério de julgamento será o de **menor preço**, representado pelo **menor preço por item**, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Acórdão 8497/2022 Segunda Câmara (Tomada de Contas Especial, Relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer)

Responsabilidade. Contrato administrativo. Superfaturamento. Solidariedade. Proposta de preço. Orçamento estimativo.

As empresas que oferecem propostas com valores acima dos praticados pelo mercado, tirando proveito de orçamentos superestimados elaborados pelos órgãos públicos contratantes, contribuem para o superfaturamento dos serviços, sujeitando-se à responsabilização solidária pelo dano evidenciado.

9.2 - Será desclassificada a proposta comercial que:

9.2.1 - não se refira à integralidade do objeto;

9.2.2 - não atenda às exigências estabelecidas neste edital ou em diligência;

9.2.3 - apresentar proposta final com preço superior ao preço máximo estipulado no edital;

9.2.4 - que identifique o licitante.

9.3 - Apresente preço simbólico, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou, ainda, manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 49, III da Lei nº 14.133/21.

9.3.1 - Será considerada irrisória a proposta que não apresente valor mínimo necessário para cobrir os custos com salários, encargos sociais e trabalhistas, insumos e tributos incidentes;

9.3.2 - Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o preço é inexequível, fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço por meio de planilha de custos elaborada pelo próprio licitante, sujeita a exame pela Administração, e contratações em andamento com preços semelhantes, além de outros documentos julgados pertinentes pelo(a) Pregoeiro(a);

9.3.3 - Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço, a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais;

9.4 - Não indique expressamente a marca, conforme especificações do Anexo I (exceto quando for serviço).

9.5 - Na análise das propostas não será considerada qualquer oferta de vantagem.

9.6 - Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados nos itens componentes da planilha de preços serão corrigidos pelo(a) Pregoeiro(a);

9.7 - Serão corrigidos os valores dos preços unitários ou do preço total do item, conforme a divergência



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



apurada, de forma a prevalecer, sempre, o valor total menor ou igual ao valor do lance ofertado na sessão do Pregão ou o valor negociado com o(a) Pregoeiro(a), após diligência e mediante expressa anuência do licitante.

9.7.1 - Após anuência do licitante, a correção será consignada em ata de julgamento.

9.7.2 - Serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal.

9.8 - O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas e da documentação, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

9.9 - As propostas e documentação apresentadas poderão ser submetidas à apreciação da área solicitante para verificação do atendimento ao objeto licitado, mediante parecer fundamentado.

10 - PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

10.1 – A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á pelo acesso ao site www.licitanet.com.br e subsequente registro da Proposta Comercial por meio do sistema eletrônico, observada a data e horário limite estabelecidos no caput deste Edital.

10.1.1 - O acesso ao sistema e encaminhamento da proposta devem ser feitos pelos licitantes na página inicial do site www.licitanet.com.br, opção “**Acesso ao Usuário**”.

10.2 - Na data e hora estabelecidas neste edital, a sessão pública do Pregão Eletrônico será iniciada, com a abertura e divulgação das Propostas Comerciais, sendo avaliada a aceitabilidade das mesmas pelo(a) Pregoeiro(a), **mantido o sigilo estabelecido pelo sistema**.

10.3 - Realizado o acesso à sessão do pregão, no dia e hora definidos para a realização da sessão, o sistema apresentará a relação das licitações para as quais o fornecedor teve propostas classificadas.

10.4 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da etapa de lances, exclusivamente pelo meio eletrônico, observado o horário de duração e as regras estabelecidas neste edital, vedada a identificação do titular do lance.

10.4.1 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente **mediante troca de mensagens**, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.4.2 - Alegações posteriores não serão aceitas, caso o licitante não efetue lances.

10.5 – A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado pelo sistema sobre seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.5.1 - Neste Pregão o modo de disputa adotado é aberto, assim definido no inciso I art. 31º do Decreto n.º 10.024/2019.

10.5.2 - O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 0,01 (um centavo), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

10.6 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

10.6.1 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, será realizado da seguinte forma:

a) A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

b) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

c) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



d) *Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto na letra “b”, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.*

10.7 - O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer outro válido para o item ou lote.

10.8 - Permanecerá válida a proposta comercial encaminhada pelo sistema na hipótese de o licitante não encaminhar lances, sendo considerada para a classificação final.

10.9 - Se os licitantes não ofertarem lances será verificada a conformidade da proposta de menor preço em relação ao valor estimado da contratação.

10.10 - Problemas na operação do sistema deverão ser comunicados pelos licitantes, imediatamente ao provedor: www.licitanet.com.br

10.11 - Havendo desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances. O(a) Pregoeiro(a), quando possível, continuará a gerenciar a sessão, sem prejuízo dos atos realizados.

10.12 - Se a desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será automaticamente suspensa, sendo reiniciada apenas após comunicação expressa aos participantes, informando data e horário para continuação da disputa.

10.13 - Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06. **(Somente para quando a licitação for para ampla concorrência).**

10.14 - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

10.14.1 - A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada, para no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

10.14.2 - Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

10.14.3 - Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer o seu direito de preferência, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 10.13, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

10.14.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, o sistema realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance.

10.14.5 - Não havendo ME ou EPP, em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação da etapa de lances.

10.14.6 - Será classificado em primeiro lugar o licitante que, ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ofertar o menor preço.

10.15.7 – Caso persista o empate entre licitantes que não atenda as hipóteses acima, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

10.15 - Encerrada a etapa competitiva, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar, via “chat”, diretamente com o licitante que tiver apresentado o lance de menor preço, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação.

10.16 - Os licitantes, a qualquer momento, após finalizada a disputa do item ou lote, poderão registrar seus questionamentos para o(a) Pregoeiro(a) via Sistema, por meio do “chat”. Todas as mensagens constarão do histórico da “Ata de Sessão do Pregão”.

10.17 - Quando necessário, o(a) Pregoeiro(a) poderá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seus preços por meio de documentos.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



10.18 - Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificados (1º lugar). Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, no prazo de 02 (Duas horas), contados da solicitação do pregoeiro.

Observações:

1º Caso a empresa não faça a inserção dos documentos em campo próprio do sistema implicará na desclassificação da empresa.

10.18.1 - Impugnado algum documento pelos demais licitantes, o detentor do menor preço deverá produzir prova de sua exatidão, em prazo a ser definido pelo(a) Pregoeiro(a) para cumprimento da diligência.

10.18.2 - Os documentos originais poderão ser solicitados, por determinação do(a) Pregoeiro(a), quando julgar necessário, para apresentação em 2 (dois) dias úteis, com vistas à confirmação da autenticidade.

10.18.3 - Os prazos acima poderão ser prorrogados, a pedido do licitante, com justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), desde que apresentado requerimento no prazo inicialmente concedido.

10.19 – Após a disputa de preços e habilitação dos fornecedores, o pregoeiro dará oportunidade para **manifestação de intenção de interpor recurso** estabelecendo prazo de no máximo 15 min. para envio, via sistema da **manifestação** em recorrer (A apresentação do recurso deverá ocorrer conforme cláusula 13 deste edital).

10.19.1 - O licitante, cuja proposta comercial tenha sido desclassificada antes da etapa de lances, interessado em recorrer, também deverá manifestar a sua **intenção** de interpor recurso.

10.20 - Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo pregoeiro e licitantes presentes, ressaltando-se que poderão constar ainda as assinaturas da equipe de apoio, sendo-lhe facultado este direito.

11 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

11.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br).

11.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.6. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.7. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



11.9. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio da Licitanet, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica-financeira e habilitação técnica.

11.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.13. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.14 - O licitante, **classificado provisoriamente em primeiro lugar, em cada item ou lote**, deverá apresentar na forma e prazos previstos no item 10.18 deste edital, a documentação abaixo relacionada:

11.15. Habilitação Jurídica

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva;
- f) Documentação de Identificação com foto do Responsável Legal se pessoa Jurídica.

11.16. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

***Licitante fique atento as datas de validade da documentação.**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);
- b) Prova de regularidade com a **Fazenda Nacional**, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- c) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS**: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- d) Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa junto aos Estado em que o licitante é domiciliado.
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 (**CNDT**);
- g) caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h) caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.17. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de feitos sobre **falência, recuperação judicial** ou recuperação extrajudicial,



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



expedida pelo distribuidor da sede do licitante, caso reste declarado que ficam excluídos os processos no âmbito do processo judicial eletrônico-PJE, a licitante necessariamente também precisa apresentar a certidão de distribuição PJE falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial.

11.18. Qualificação Técnica

a) Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal(is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço(s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente)

b) Os licitantes vencedores dos itens 02,03,04,05,06,07, 14,20,21,23,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37,38,65,66,69,70,71,72,85,99,102,113,114,115,116,117,118,119,120,121,133,134,135,deverão apresentar a seguinte documentação:

- Alvará Sanitário vigente expedido pela Vigilância Sanitária competente da sede do domicílio do licitante;
- Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) emitida pelo Ministério da Saúde, em vigor, dispensada está no caso de comércio varejista.

c) A(s) licitante(s) vencedora(s) dos itens 123 a 128 deverão apresentar laudo acreditado pelo Inmetro contendo a massa/peso comprovando que o material foi testado e aprovado nos testes expostos e exigidos pela NBR 9191/2008.

d) As declarações exigidas para habilitação na lei 14.133/2021 (artigo 63, I, IV, §1º e 68, VI) serão geradas pela Pregoeira no próprio sistema licitanet e anexadas ao processo licitatório.)

OBS: Conforme disposto no Art. 64 da Lei 14.133/2021 o agente de contratação ou autoridade superior poderá realizar diligência para verificar a veracidade das informações constantes no atestado apresentado.

11.19. Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo(a) Pregoeiro(a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G(Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.

11.20. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal, social e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

11.21. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.22. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.23. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.24. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

11.24.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.24.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.25. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.26. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

11.27. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.28. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.29. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.30. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.31. As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (DUAS) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados e deverá:

12.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.1.3. O licitante poderá assinar a proposta final que é disponibilizada no sistema (ASSINAR P. FINAL).

12.1.4. O LICITANTE DEVERÁ COLOCAR NO CAMPO OBSERVAÇÃO DO SISTEMA OU INFORMAR NO CHAT: O REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO E DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO).

12.1.5. O EMAIL INFORMADO PELA LICITANTE DEVERÁ SER DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA, POIS ESSE EMAIL SERÁ UTILIZADO PARA ENCAMINHAMENTO DAS ATAS E CONTRATOS PARA ASSINATURA.

12.2. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13 – RECURSO ADMINISTRATIVO

13.1 - Por ocasião do final da sessão, a(s) proponente(s) que participou (aram) do **PREGÃO** deverá (ão) **manifestar** imediata e motivadamente a(s) intenção (ões) de **recorrer**, conforme item 10.19 deste edital.

13.1.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

13.2 - Havendo intenção de interposição de **recurso** contra qualquer etapa / fase / procedimento do **PREGÃO**, a proponente interessada deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito via sistema, procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 3 (três) dias, a contar da ocorrência.

13.3 - As demais proponentes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do **RECORRENTE**.

13.3.1 - Os recursos e ou contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.4 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



13.5 - Os autos deste Pregão eletrônico permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos neste Edital.

13.6 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.7 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta:

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na Licitanet, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas no artigo 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 79 e 80 da mesma Lei.

17.4. Decorrido o prazo de assinatura da Ata de Registro de Preços sem manifestação do adjudicatário, é facultado a Secretaria Municipal Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



de Estradas e Transportes, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, devidamente atualizados, se for o caso, ou revogar o processo.

17.5. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de processo específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.6. O prazo de vigência da contratação e a possibilidade de sua prorrogação é conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

17.7. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

17.8. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.9. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17.10. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21;

c) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

17.11. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

17.12. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

17.13. As aquisições ou as contratações adicionais por ADESÃO, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

17.14. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

17.15. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

17.16. Do contrato (quando for o caso)

17.16.1. O Município poderá, na forma do artigo 95 da Lei 14.133/21, substituir o contrato por outros instrumentos hábeis.

17.16.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. As regras acerca do reajustamento e do equilíbrio são as estabelecidas no Termo de Referência,

19. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. As regras acerca das sanções são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, www.presidenteolegario.mg.gov.br/licitacoes/, www.licitanet.com.br, https://pncp.gov.br/app/editais?q=&&status=recebendo_proposta&pagina=1, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Praça Doutor Castilho, bairro Centro, Presidente Olegário/MG, CEP: 38.750-000, nos dias úteis, no horário das 12 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

23.13. O(a) Pregoeiro(a), no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 2º, do art. 59 e art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

23.14. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Presidente Olegário-MG.

23.15. Elaboração do Edital: Kimbelly Luane Barbosa Dos Santos.

23.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Cópia do Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO III – Modelo de Declaração de condições de ME, EPP ou equiparada;

ANEXO IV – Modelo de declaração completa;

ANEXO V – Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO VI – Minuta do Contrato;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



Presidente Olegário/MG, 27 de maio de 2024.

Lara Fernandes R. Rodrigues
Secretária Municipal de Saúde

Nilda Maria de Sousa Borges
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Rafael Caetano da Fonseca
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Leonardo Santos Araújo
Secretário Municipal de Estradas e Transportes

Paula Dimieve Fernandes Netta
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Eugênio Pinheiro Araújo
Secretário Municipal de Administração

Monize Angela Andrade
Pregoeira



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



ANEXO I

CÓPIA DO TERMO DE REFERÊNCIA

01 – OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E OUTROS PARA TODAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO, nas quantidades, qualidades e condições descritas neste termo de referência:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Especificação	Valor Unitário Máx aceitável	Valor Total Máx aceitável
001	ABSORVENTE COM ABAS PACOTE COM 8 UNIDADES	PC	150	ABSORVENTE COM ABAS PACOTE COM 8 UNIDADES	R\$5,13	R\$769,50
002	ÁGUA SANITÁRIA 2L	UN	7.764	ÁGUA SANITÁRIA 2L	R\$6,04	R\$46.894,56
003	ÁLCOOL GEL 70% ANTISEPTICO	GL	1.017	ÁLCOOL GEL 70% ANTISEPTICO COM 5 LITROS	R\$50,27	R\$51.124,59
004	ÁLCOOL 92,8 GRAUS C/LACRE DE 1 LT	UN	3.052	ÁLCOOL 92,8 GRAUS C/LACRE DE 1 LT	R\$7,19	R\$21.943,88
005	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70%	LT	13.472	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70% COM 1L	R\$8,31	R\$111.952,32
006	AMACIANTE DE ROUPAS 2 LITROS	UN	1.015	AMACIANTE DE ROUPAS 2 LITROS	R\$8,12	R\$8.241,80
007	ANTISSÉPTICO SPRAY - ALCOOL	CX	50	ANTISSÉPTICO SPRAY - ALCOOL - HIGIENIZADOR ANTISSÉPTICO EM SPRAY P/ USO A SECO NAS MÃOS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM AMBIENTE HOSPITALAR. REFIL EM BOLSA PLASTICA . DEVERÁ PROMOVER ANTISSEPSIA RÁPIDA, ELIMINADO 99,99% DE GERMES E BACTERIAS. DISPENSA O ENXAGUE, ALCOOL ETILICO EXTRA FINO, SECAGEM RÁPIDA, DEVERÁ SER ABSORVIDO RAPIDAMENTE E NÃO DEIXAR A PELE OLEOSA OU PEGAJOSA; COMPOSIÇÃO BÁSICA:ALCOHOL, AQUA, PROPYLENE GLYCOL, HIDROXIETHYL UREA. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE; CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES, COM NO MINIMO 400MLCADA. APRESENTAR FICHA TECNICA E REGISTRO NA ANVISA (FORNECEDOR DEVE OFERECER O DISPENSER COMODATO, PREVISÃO DE USO 80 UNIDADES)	R\$99,99	R\$4.999,50
008	APARELHO PARA BARBEAR DESCARTÁVEL	PC	100	APARELHO PARA BARBEAR DESCARTÁVEL, COM LÂMINA REVESTIDA DE CROMO, CABO ANTIDESLIZANTE, LÂMINA REVESTIDA DE PLATINA E CROMO COM TAMPA PROTETORA COM 2 UNIDADES	R\$5,38	R\$538,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



009	AVENTAL EM NAPA BRANCO +- 1,50M	UN	210	AVENTAL EM NAPA BRANCO +- 1,50M	R\$11,30	R\$2.373,00
010	AVENTAL REFORÇADO PRETO/LARANJA EM PVC COM QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR À TREVIRA	UN	150	AVENTAL REFORÇADO PRETO/LARANJA DUPLA FACE FABRICADO EM PVC COM QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR À TREVIRA TAMANHO: 1,20 x 0,70m ESPESSURA APROXIMADA: 0,60mm	R\$18,43	R\$2.764,50
011	BALDE DUPLO 30LTS	UN	2	BALDE DUPLO 30LTS - CONJUNTO DE BALDE PARA LIMPEZA COM SISTEMA DE 2 ÁGUAS COM DIVISÓRIA PARA 18 E 12 LITROS; ESPREMEDOR COM PRESSÃO SUPERIOR, COM DRENO DE ESCOAMENTO DE ÁGUA SUJA E RODIZIO. MEDIDAS: 52x37x84CM (CxLxA) - ADAPTÁVEL AO CARRO FUNCIONAL BRALIMPIA	R\$104,90	R\$209,80
012	BICO PARA MANGUEIRA DE PRESSAO PLASTICO	UN	10	BICO PARA MANGUEIRA DE PRESSAO PLASTICO	R\$22,78	R\$227,80
013	BOTINA	PA	200	BOTINA - numeração variada, sendo repassada na NAF Botina de Segurança em Couro para Trabalho.Modelo: Botina de Couro UnisexCor: PretoDESCRIÇÃOBotina com biqueira resistente de PVC;Produto de couro legítimo;Possui elásticos nas laterais trazendo uma maior facilidade para calçar; Sola blaqueada (costurada), assegurando uma maior durabilidade;Solado de borracha.MEDIDASNumeração / Comprimento do Pé (cm) 37 25,5 38 26,0 39 27,0 40 27,5 41 28,0 42 28,5 43 29,5 44 30,0 45 30,5 46 31,0Produto enviado em até 24 horas após a confirmação do pagamento!Produto com Certificado de Aprovação - CAPor se tratar de EPI - Equipamento de Proteção Individual, possui a função de manter os pés do trabalhador protegidos de qualquer perigo externo, como objetos cortantes, pregos, chão escorregadio, objetos caindo, entre outros.	R\$54,39	R\$10.878,00
014	BRILHO ALUMINIO 500 ML	UN	650	BRILHO ALUMINIO 500 ML	R\$2,71	R\$1.761,50
015	BUCHA DUPLA FACE (ESPUMA E FIBRA SINTÉTICA) PARA COZINHA	UN	4.433	BUCHA DUPLA FACE (ESPUMA E FIBRA SINTÉTICA) PARA COZINHA	R\$1,12	R\$4.964,96
016	BUCHA PARA BANHO PRIMEIRA QUALIDADE	UN	2.160	BUCHA PARA BANHO ADULTO, ESPUMA -DUAS FACES, ESPUMA SUAVE E FIBRA BRANCA	R\$3,77	R\$8.143,20



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



017	CABO ALUMÍNIO PARA MOP COLORIDO	UN	25	CABOS DE ALUMÍNIO COLORIDOS COM HASTE EURO. DIÂMETROS DE 24 MM E 22 MM, ATENDEM AOS ACESSÓRIOS DE LIMPEZA PARA ESSE TIPO DE ENCAIXE SÃO MAIS FIRMES E SEGUROS PARA A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA.	R\$31,28	R\$782,00
018	CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO BOTA, NA COR BRANCA, IMPERMEÁVEL, DE USO PROFISSIONAL, CONFECCIONADA EM P	PA	221	CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO BOTA, NA COR BRANCA, IMPERMEÁVEL, DE USO PROFISSIONAL, CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), SEM FORRO, COM DESENHOS ANTIDERRAPANTES NO SOLADO, CANO MÉDIO, ABAIXO DO JOELHO. TAMANHOS DIVERSOS	R\$58,92	R\$13.021,32
019	CARRO FUNCIONAL DE LIMPEZA PRETO, COM CAPACIDADE PARA SACO DE VINIL DE ATÉ 90 LITROS OU 50 KILOS. TA	UN	5	CARRO FUNCIONAL DE LIMPEZA PRETO, COM CAPACIDADE PARA SACO DE VINIL DE ATÉ 90 LITROS OU 50 KILOS. TAMANHO MÍNIMO: 116CM (P) X 100CM (A) X 57CM (L)	R\$774,85	R\$3.874,25
020	CERA LIQUIDA AMARELA 750 ML	UN	24	CERA LIQUIDA AMARELA 750 ML	R\$10,25	R\$246,00
021	CERA LIQUIDA INCOLOR 750 ML	UN	840	CERA LIQUIDA INCOLOR 750 ML	R\$9,10	R\$7.644,00
022	COLETOR P/ PERFURCORTANTES C/ 20 LITROS	UN	500	COLETOR P/ PERFURCORTANTES C/ 20 LITROS	R\$13,92	R\$6.960,00
023	CONDICIONADOR PARA CABELOS NORMAIS 1000ML	UN	190	CONDICIONADOR PARA CABELOS NORMAIS 1000ML	R\$17,70	R\$3.363,00
024	CONJUNTO PARA LIMPEZA AMARELO COM 6 PEÇAS. O CONJUNTO DEVERÁ CONTER 01 BALDE COM RODINHAS E COM ESPR	CJ	5	CONJUNTO PARA LIMPEZA AMARELO COM 6 PEÇAS. O CONJUNTO DEVERÁ CONTER 01 BALDE COM RODINHAS E COM ESPREMEDOR, 01 CABO DE ALUMÍNIO EXTENSÍVEL COM 1,40M, 01 GARRA EURO PLÁSTICA, 02 REFIS STANDARD ALGODÃO CRÚ 300G E 01 PLACA SINALIZADORA COMPACT.	R\$753,23	R\$3.766,15
025	CORDA PARA VARAL POLIPROPILENO COM 15M	UN	40	CORDA PARA VARAL POLIPROPILENO COM 15M	R\$7,50	R\$300,00
026	CREME DENTAL C/ 50gr	UN	50	CREME DENTAL 50gr C/ 1500PPM	R\$3,73	R\$186,50
027	CREME DENTAL C/90GRS C/1500PPM	UN	100	CREME DENTAL C/90GRS C/1500PPM	R\$5,03	R\$503,00
028	CREME HIDRATANTE PARA PELE 500 GR FRAGRÂNCIAS DIVERSAS (ERVA DOCE ...)	UN	240	CREME HIDRATANTE PARA PELE 500 GR FRAGRÂNCIAS DIVERSAS (ERVA DOCE ...)	R\$15,47	R\$3.712,80
029	CREME SEM ENXAGUE PARA CABELOS 1000 ml	UN	20	CREME SEM ENXAGUE PARA CABELOS 1000 ml	R\$18,15	R\$363,00
030	DESINFETANTE C/2 LITROS	UN	414	DESINFETANTE C/2 LITROS	R\$7,81	R\$3.233,34
031	DESINFETANTE	UN	928	DESINFETANTE	R\$16,11	R\$14.950,08



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



	CONCENTRADO GALAO 5LTS			CONCENTRADO GALAO 5LTS		
032	DESINFETANTE HOSPITALAR A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO E BIGUANIDA CONCENTRADO - DILUIÇÃO 1:200 - D	UN	6	DESINFETANTE HOSPITALAR A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO E BIGUANIDA CONCENTRADO - DILUIÇÃO 1:200 - DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO DE 5° GERAÇÃO E BIGUANIDA POLIMÉRICA. GALÃO DE 5 LITROS. APRESENTAR REGISTRO NA ANVISA. DEVE APRESENTAR FICHA TÉCNICA E FISQP.	R\$138,37	R\$830,00
033	Desodorante antitranspirante roll-on 50 ml fragrância unisex	UN	150	Desodorante antitranspirante roll-on 50 ml fragrância unisex	R\$10,42	R\$1.563,00
034	DETERGENTE AUTOMOTIVO - GALÃO COM 5 LITROS	UN	72	COMPOSIÇÃO ALQUILBENZENO, SULFONATO DE SODIO, LAURIL ÉTER SULFATO DE SODIO, TENSOATIVO ANIÔNICO, OPACIFICANTE, ESPESSANTES, UMECTANTE, ADITIVO, CONSERVANTES, SEQUESTRANTE, NEUTRALIZANTE, SOLVENTE, FRAGRÂNCIA, CORANTES PROPRIO PARA LAVAGEM DE VEICULOS	R\$73,19	R\$5.269,68
035	DETERGENTE DESINCRUSTANTE ALCALINO.	UN	12	DETERGENTE ALCALINO É UMA SOLUÇÃO BIODEGRADÁVEL E CONCENTRADA COMPOSTO POR TENSOATIVOS ANIÔNICOS, NÃO IÔNICOS E ALCALINIZANTES, COM UMA FORMULAÇÃO BALANCEADA QUE AGREGAM ALTO DESEMPENHO E SEGURANÇA NA LIMPEZA DAS VIDRARIAS LABORATORIAIS, INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS E OUTROS UTENSÍLIOS. FRASCO CONTENDO 5 LITROS	R\$70,80	R\$849,60
036	DETERGENTE LIQUIDO DILUIÇÃO 1:20 - GALÃO COM 5 LITROS	UN	250	DETERGENTE LIQUIDO DILUIÇÃO 1:20 - GALÃO COM 5 LITROS	R\$19,46	R\$4.865,00
037	DETERGENTE LIQUIDO NEUTRO TRANSPARENTE, TRANSLUCIDO, COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE	UN	12.970	DETERGENTE LIQUIDO NEUTRO TRANSPARENTE, TRANSLUCIDO, COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, SEQUESTRANTE E TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL; TESTADO DERMATOLOGICAMENTE; FRASCO COM 500ML,	R\$2,54	R\$32.943,80



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				DENSIDADE MÍNIMA DE 490G/500ML. DATA DE FABRICAÇÃO E LOTE IMPRESSOS NO FRASCO. VALIDADE MÍNIMA DE 23 MESES. MARCA DE REFERÊNCIA YPÊ, MINUANO OU SIMILAR.		
038	DETERGENTE MULTIENZIMÁTICO.	UN	12	DETERGENTE MULTIENZIMÁTICO DE ALTO DESEMPENHO COM 5 ENZIMAS E 2 TENSOATIVOS NÃO IÔNICOS PARA LIMPEZA DE MATERIAIS MÉDICOS E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS NO PROCESSO MANUAL. FÓRMULA ESTÁVEL E EQUILIBRADA CONTENDO CONCENTRAÇÃO DE TENSOATIVOS PROPORCIONAL A DILUIÇÃO DE USO, GARANTINDO A LIMPEZA DOS MATERIAIS MESMO COM ALTA CARGA ORGÂNICA COM BAIXO NÍVEL DE ESPUMA. REGISTRADO NA ANVISA E QUE ATENDA A RDC55/2012. PROPORCIONE REDUÇÃO COMPROVADA DE NO MÍNIMO 98% DA CARGA ORGÂNICA, MESMO COM ALTA CARGA DE SUJIDADE, NÃO CORROSIVO NEM IRRITANTE DERMICO OU OCULAR. BIODEGRADÁVEL E ISENTO DE EDTA E NONIL FENOL. CONCENTRAÇÃO DE TENSOATIVOS ACIMA DE 7,40%. GALÃO CONTENDO 5 LITROS.	R\$119,07	R\$1.428,84
039	DISCO DE FIBRA AMARELO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL	UN	24	DISCO DE FIBRA AMARELO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL CL350 - LIMPEZA LEVE E BRILHO	R\$72,00	R\$1.728,00
040	DISCO DE FIBRA AZUL PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL	UN	24	DISCO DE FIBRA AZUL PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL CL350 - REMOÇÃO DE SUJEIRAS E TRATAMENTO DE PISO	R\$19,40	R\$465,60
041	DISCO DE FIBRA BRANCO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL	UN	24	DISCO DE FIBRA BRANCO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL CL350 - POLIMENTO COM ALTO NÍVEL DE BRILHO	R\$27,49	R\$659,76
042	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO COM VÁLVULA E RESERVATÓRIO	UN	5	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO COM VÁLVULA E RESERVATÓRIO	R\$31,89	R\$159,45
043	ESCOVA DE LAVAR ROUPA BASE DE MADEIRA	UN	78	ESCOVA DE LAVAR ROUPA BASE DE MADEIRA	R\$6,08	R\$474,24
044	ESCOVA DENTAL ADULTO 4 FILEIRAS	UN	80	ESCOVA DENTAL ADULTO 4 FILEIRAS	R\$5,61	R\$448,80
045	ESCOVA DENTAL INFANTIL 4 FILEIRAS	UN	100	ESCOVA DENTAL INFANTIL 4 FILEIRAS	R\$6,31	R\$631,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



046	ESCOVA PARA LAVAR MAMADEIRA	UN	50	ESCOVA PARA LAVAR MAMADEIRA	R\$11,76	R\$588,00
047	ESCOVA PARA LAVAR ROUPAS PLASTICA	UN	128	ESCOVA PARA LAVAR ROUPAS PLASTICA	R\$4,77	R\$610,56
048	ESPONJA DE AÇO C/8 UND pte 60grs	UN	3.647	ESPONJA DE AÇO C/8 UND pte 60grs	R\$3,78	R\$13.785,66
049	ESTOPA BRANCA COM 150Grs	UN	48	ESTOPA BRANCA COM 150Grs	R\$5,92	R\$284,16
050	ESTOPA, BRANCA, PRIMEIRA LINHA 50 KG	FD	6	ESTOPA, BRANCA, PRIMEIRA LINHA 50KG	R\$264,74	R\$1.588,44
051	FIBRA DE LIMPEZA PESADA - VERDE	UN	60	FIBRA DE LIMPEZA PESADA - VERDE - PRODUTO À BASE DE FIBRAS SINTÉTICAS E MINERAL ABRASIVO, UNIDOS POR RESINA À PROVA D'ÁGUA. PRODUZIDAS DENTRO DE MODERNOS PADRÕES TECNOLÓGICOS, PODEM SER USADAS EM DIVERSAS APLICAÇÕES DESDE A ÁREA GASTRONÔMICA ATÉ A LIMPEZA PESADA DE PISOS E PAREDES.DE ACORDO COM A VIGILÂNCIA SANITÁRIA, SUBSTITUEM COM SUCESSO AS LÂS DE AÇO, POIS NÃO SOLTAM RESÍDUOS QUE CONTAMINAM ALIMENTOS E AMBIENTES, SENDO MUITO MAIS EFICIENTES PARA A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA. LIMPEZA PESADA. APRESENTAR FICHA TECNICA	R\$2,10	R\$126,00
052	FIBRA DE LIMPEZA VIDRO - BRANCA	UN	60	FIBRA DE LIMPEZA VIDRO - BRANCA - PRODUTO À BASE DE FIBRAS SINTÉTICAS E MINERAL ABRASIVO, UNIDOS POR RESINA À PROVA D'ÁGUA. PRODUZIDAS DENTRO DE MODERNOS PADRÕES TECNOLÓGICOS, PODEM SER USADAS EM DIVERSAS APLICAÇÕES DESDE A ÁREA GASTRONÔMICA ATÉ A LIMPEZA PESADA DE PISOS E PAREDES.DE ACORDO COM A VIGILÂNCIA SANITÁRIA, SUBSTITUEM COM SUCESSO AS LÂS DE AÇO, POIS NÃO SOLTAM RESÍDUOS QUE CONTAMINAM ALIMENTOS E AMBIENTES, SENDO MUITO MAIS EFICIENTES PARA A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA. MACIA. APRESENTAR FICHA TECNICA	R\$8,93	R\$535,80
053	FIO DENTAL 100 M EM FRASCO	UN	124	FIO DENTAL EM POLIAMIDA, CERA E AROMA. ROLO COM 100 METROS.	R\$2,67	R\$331,08
054	FLANELA PARA LIMPEZA 30X40CM	UN	855	FLANELA PARA LIMPEZA 30X40CM	R\$3,86	R\$3.300,30
055	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO	PC	20	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO M - PACOTE COM NO MÍNIMO 80	R\$64,60	R\$1.292,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



	M - PACOTE COM 80 UNIDADES			UNIDADES, FRALDA HIPOALERGÊNICA, DE ALTA ABSORÇÃO, COM BARREIRA ANTI VAZAMENTO. REFERÊNCIAS: PAMPERS CONFORT SEC, PERSONAL PREMIUM, MAMY POKO, CREMER MAGIC CARE, HUGGIES SUPREME CARE OU SIMILARES.		
056	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO G - PACOTE COM 72 UNIDADES	PC	20	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO G - PACOTE COM 72 UNIDADES FRALDA HIPOALERGÊNICA, DE ALTA ABSORÇÃO, COM BARREIRA ANTI VAZAMENTO. REFERÊNCIAS: PAMPERS CONFORT SEC, PERSONAL PREMIUM, MAMY POKO, CREMER MAGIC CARE, HUGGIES SUPREME CARE OU SIMILARES.	R\$54,90	R\$1.098,00
057	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO XXG COM NO MÍNIMO 54 UNIDADES	PC	40	FRALDA HIPOALERGÊNICA, DE ALTA ABSORÇÃO, COM BARREIRA ANTI VAZAMENTO. REFERÊNCIAS: PAMPERS CONFORT SEC, PERSONAL PREMIUM, MAMY POKO, CREMER MAGIC CARE, HUGGIES SUPREME CARE OU SIMILARES.	R\$64,60	R\$2.584,00
058	FRALDA DESCARTÁVEL TAMANHO P COM NO MÍNIMO 100 FRALDAS	PC	20	FRALDA HIPOALERGÊNICA INFANTIL, DE ALTA ABSORÇÃO, COM BARREIRA ANTI VAZAMENTO. REFERÊNCIAS: PAMPERS CONFORT SEC, PERSONAL PREMIUM, MAMY POKO, CREMER MAGIC CARE, HUGGIES SUPREME CARE OU SIMILARES.	R\$59,49	R\$1.189,80
059	FRALDA DESCARTAVEL. GERIÁTRICA ADULTO - TAM. G COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES	PC	300	FRALDA DESCARTAVEL. GERIÁTRICA ADULTO - TAM. G COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES PRODUTO DISCRETO, GEL SUPER ABSORVENTE - USO PROLONGADO, FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO, 2 FITAS AJUSTAVEIS PARA MAIOR CONFORTO E SEGURANÇA, INDICADOR DE UMIDADE COM CODIGO DE BARRAS, TESTADO E APROVADO DERMATOLOGICAMENTE, HIPOALERGÊNICO, COM ALOE VERA.	R\$58,90	R\$17.670,00
060	FRALDA DESCARTAVEL. GERIÁTRICA ADULTO - TAM. M COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES	PC	30	FRALDA DESCARTAVEL. GERIÁTRICA ADULTO - TAM. M COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES PRODUTO DISCRETO, GEL SUPER ABSORVENTE - USO PROLONGADO, FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO, 2 FITAS AJUSTAVEIS PARA MAIOR	R\$54,90	R\$1.647,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				CONFORTO E SEGURANÇA, INDICADOR DE UMIDADE COM CODIGO DE BARRAS, TESTADO E APROVADO DERMATOLOGICAMENTE, HIPOALERGÊNICO, COM ALOE VERA.		
061	FRALDA DESCARTAVEL. GERIÁTRICA ADULTO - TAM. P COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES	PC	30	FRALDA DESCARTAVEL. GERIÁTRICA ADULTO - TAM. P COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES PRODUTO DISCRETO, GEL SUPER ABSORVENTE - USO PROLONGADO, FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO, 2 FITAS AJUSTAVEIS PARA MAIOR CONFORTO E SEGURANÇA, INDICADOR DE UMIDADE COM CODIGO DE BARRAS, TESTADO E APROVADO DERMATOLOGICAMENTE, HIPOALERGÊNICO, COM ALOE VERA.	R\$42,50	R\$1.275,00
062	FRALDA DESCARTAVEL. GERIÁTRICA ADULTO - TAM. XG COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES	PC	30	FRALDA DESCARTAVEL. GERIÁTRICA ADULTO - TAM. XG COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES - PESO ACIMA 90 KG PRODUTO DISCRETO, GEL SUPER ABSORVENTE - USO PROLONGADO, FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO, 2 FITAS AJUSTAVEIS PARA MAIOR CONFORTO E SEGURANÇA, INDICADOR DE UMIDADE COM CODIGO DE BARRAS, TESTADO E APROVADO DERMATOLOGICAMENTE, HIPOALERGÊNICO, COM ALOE VERA.	R\$54,95	R\$1.648,50
063	GUARDANAPO PAPEL 24X22 C/50	PC	40	GUARDANAPO PAPEL 24X22 C/50	R\$2,83	R\$113,20
064	HASTE FLEXIVEL DE PLÁSTICO COM ALGODÕES EM SUAS PONTAS C/75 UND	CX	10	HASTE FLEXIVEL DE PLÁSTICO COM ALGODÕES EM SUAS PONTAS C/75 UND	R\$4,13	R\$41,30
065	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% - 5 LITROS	UN	840	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% - 5 LITROS - DESINFETANTE HOSPITALAR A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%, PARA SUPERFÍCIE E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS. POSSUI AÇÃO BACTERICIDA. INDICADO PARA DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES FIXAS NÃO METÁLICAS DE HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE. APRESENTAR FICHA TÉCNICA, FISPQ E REGISTRO NA ANVISA.	R\$33,40	R\$28.056,00
066	HIPOCLORITO DE SÓDIO 12% CONCENTRADO	UN	120	HIPOCLORITO DE SÓDIO 12% CONCENTRADO- 5 LITROS	R\$100,00	R\$12.000,00
067	ISQUEIRO GRANDE DE BOA QUALIDADE	UN	260	ISQUEIRO GRANDE DE BOA QUALIDADE	R\$7,60	R\$1.976,00
068	LENÇO UMIDECIDO, COMPOSTO DE	PC	10	LENÇO UMIDECIDO, COMPOSTO DE ÁGUA	R\$8,92	R\$89,20



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



	ÁGUA PURIFICADA, PROPILLENOGLICOL, LANOLINA, COCAMIDOPROPIL BETAÍNA, PO			PURIFICADA, PROPILLENOGLICOL, LANOLINA, COCAMIDOPROPIL BETAÍNA, POLISSORBATO, EDTA, METILPARABENO, FRAGÂNCIA BRONOPOL E VITAMINA E. DIMENSÕES APROXIMADAS: LENÇO (A x L) 18,7 x 16,1 cm. (pacote com 48 unidades)		
069	LIMPA ALUMINIO 200 LTS CONCENTRADO 1/100	UN	7	LIMPA ALUMINIO 200 LTS CONCENTRADO 1/100	R\$578,00	R\$4.046,00
070	LIMPA CHAO LIMPEZA PESADA COM 500ML	UN	50	LIMPA CHAO LIMPEZA PESADA COM 500ML	R\$5,90	R\$295,00
071	LIMPA VIDRO VIDREX OU SIMILAR C/500ML	UN	204	LIMPA VIDRO VIDREX OU SIMILAR C/500ML, COM AÇÃO ANTI-ESTÁTICA, COM ESPUMA CONTROLADA E SECAGEM ULTRA-RÁPIDA.	R\$7,02	R\$1.432,08
072	LIMPADOR MULTIUSO INSTANTANEO 500ML	UN	1.023	LIMPADOR MULTIUSO INSTANTANEO 500ML	R\$5,43	R\$5.554,89
073	LIXEIRA HOSPITALAR 100LTS	UN	26	LIXEIRA TUBULAR C/ PEDAL 100LTS MATERIAL: POLIETILENO ROTOMOLDADO SEM SOLDAS OU EMENDAS, TRATAMENTO UV APRESENTAR FICHA TECNICA OU FOLDER. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURAX LARGURA - 69x 50CM	R\$220,67	R\$5.737,42
074	LIXEIRA HOSPITALAR 30LTS	UN	50	LIXEIRA TUBULAR C/ PEDAL 30LTS MATERIAL: POLIETILENO ROTOMOLDADO SEM SOLDAS OU EMENDAS, TRATAMENTO UV APRESENTAR FICHA TECNICA OU FOLDER. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURAX LARGURA - 44x 34CM	R\$52,19	R\$2.609,50
075	LIXEIRA HOSPITALAR 50LTS	UN	24	LIXEIRA TUBULAR C/ PEDAL 50LTS MATERIAL: POLIETILENO ROTOMOLDADO SEM SOLDAS OU EMENDAS, TRATAMENTO UV APRESENTAR FICHA TECNICA OU FOLDER. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURAX LARGURA - 54X44CM	R\$113,48	R\$2.723,52
076	LUBRIFICANTE MINERAL PARA INSTRUMENTAL CIRURGICO.	UN	2	LUBRIFICANTE MINERAL PARA INSTRUMENTAL CIRURGICO; NÃO SILICONADO; PARA LUBRIFICAR E PREVENIR OS INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS DE CORROSÃO, FERRUGEM, MANCHAS E O ENRIJECIMENTO DO INSTRUMENTAL, DEIXANDO UMA PELÍCULA PROTETORA	R\$115,06	R\$230,12



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				NA SUPERFÍCIE DO MATERIAL. FRASCO DE 1 LITRO		
077	LUVA ANTI CORTE COM FORRO EM DYNEEMA E ELASTANO E REVESTIMENTO EM LATEX NITRILICO.	PA	150	LUVA ANTI CORTE COM FORRO EM DYNEEMA E ELASTANO, REVESTIMENTO EM LATEX NITRILICO. PROPRIA PARA MANUSEIO DE MATERIAIS CORTANTES.	R\$28,51	R\$4.276,50
078	LUVA ANTI-CHAMA IMPERMEAVEL 38CM	UN	3	LUVA ANTI-CHAMA IMPERMEAVEL 38CM	R\$6,54	R\$19,62
079	LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRILICA, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA FACE PALMAR E PONT	PA	3.435	LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRILICA, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA FACE PALMAR E PONTA DOS DEDOS, REVESTIMENTO INTERNO COM FORRO, COR VERDE, DIVERSOS TAMANHOS (P, M, G, XG).	R\$16,33	R\$56.093,55
080	LUVA DE VAQUETA COM PUNHO DE RASPA G	PA	360	LUVA DE VAQUETA COM PUNHO DE RASPA G	R\$16,75	R\$6.030,00
081	MANGUEIRA 1/2 POLEGADA LONADA 100 METROS	UN	1	MANGUEIRA 1/2 POLEGADA LONADA 100 METROS	R\$214,74	R\$214,74
082	MANGUEIRA JARDIM 30 METROS	UN	11	MANGUEIRA JARDIM 30 METROS	R\$95,64	R\$1.052,04
083	MANGUEIRA JARDIM SILICONADA 50 METROS	UN	1	MANGUEIRA JARDIM SILICONADA 50 METROS	R\$183,34	R\$183,34
084	MASCARA CIRURGICA TRIPLA DESCARTAVEL COM ELASTICO (CAIXA COM 50 UNIDADES)	UN	250	MASCARA CIRURGICA TRIPLA DESCARTAVEL COM ELASTICO - ATOXICA, HIPOALERGENICA, 100% POLIPROPILENO, NAO ESTERIL, NAO INFLAMAVEL, ISENTA DE FIBRA DE VIDRO, SEM LATEX, USO UNICO.	R\$8,25	R\$2.062,50
085	MULTI USO C/ 500ML DESENGORDURANTE	UN	120	MULTI USO C/ 500ML DESENGORDURANTE	R\$4,48	R\$537,60
086	PA COLETORA COM CAIXA	UN	1	PÁ COLETORA COM CAIXA EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA E CABO DE ALUMÍNIO COM MANOPLA COM FORMATO ANATÔMICO, APRESENTA ALTURA CORRETA PARA O OPERADOR QUE EFETUA O RECOLHIMENTO DOS DETRITOS E SUJIDADES EM PISOS, LEVE E RESISTENTE EVITA A FADIGA DO OPERADOR PODENDO SER UTILIZADA EM TODOS OS AMBIENTES. APRESENTAR FICHA TÉCNICA OU FOLDER	R\$37,19	R\$37,19
087	PÁ DE LIXO PLASTICA C/ CABO LONGO	UN	229	PÁ DE LIXO PLASTICA C/ CABO LONGO	R\$9,98	R\$2.285,42
088	PALHA DE AÇO	UN	40	PALHA DE AÇO	R\$1,94	R\$77,60
089	PANO DE PRATO EM TECIDO TAMANHO 0,66 X 0,41	UN	915	PANO DE PRATO EM TECIDO TAMANHO APROXIMADO 0,66 X 0,41	R\$6,58	R\$6.020,70
090	PANO PARA LIMPEZA DE PISO	UN	382	PANO ALVEJADO PARA LIMPEZA DE PISO 22 BATIDAS - 50x70CM	R\$6,36	R\$2.429,52



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



091	PANO PARA LIMPEZA DE PISO aproximadamente 0,80 x 0,60 cm	UN	1.658	PANO PARA LIMPEZA DE PISO	R\$6,14	R\$10.180,12
092	PAPEL HIGIENICO COM FOLHA DUPLA, 30 METROS- PACOTE COM 64 UNIDADES	PC	852	PAPEL HIGIENICO COM FOLHA DUPLA, 16X4X1X30MT-1 QUALIDADE- PACOTE COM 64 UNIDADES	R\$85,99	R\$73.263,48
093	PAPEL HIGIÊNICO, FOLHA SIMPLES, COR CREME, PICOTADO, ROLO MEDINDO 60M POR 10CM, FARDO COM 64 ROLOS.	FD	300	PAPEL HIGIÊNICO, FOLHA SIMPLES, COR CREME, PICOTADO, ROLO MEDINDO 60M POR 10CM, FARDO COM 64 ROLOS.	R\$68,25	R\$20.475,00
094	PAPEL HIGIÊNICO, FOLHA SIMPLES, ROLÃO DE 300MTS DE 8 CM A 10 CM DE LARGURA, EMBALADOS DE FORMA ADEQ	UN	100	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, ALTO GRAU DE ALVURA, FOLHA SIMPLES, MACIA, ALTA ABSORÇÃO, ROLÃO DE 300MTS DE 8 CM A 10 CM DE LARGURA, EMBALADOS DE FORMA ADEQUADA PARA NÃO DANIFICAR NEM CONTAMINAR O PRODUTO CONTENDO 08 UNIDADES. (FORNECEDOR DEVE OFERECER O DISPENSER COMODATO, PREVISÃO DE USO 40 UNIDADES)	R\$39,73	R\$3.973,00
095	PAPEL TOALHA 100% CELULOSE VIRGEM	CX	1.000	PAPEL TOALHA 03 DOBRAS/M², BRANCO, 100% FIBRAS VIRGENS NÃO TRANSGÊNICAS, DIMENSÃO APROXIMADA :23X27CM, GRAMATURA DE 36 A 39GRS/M², DEVERÁ APRESENTAR LAUDO MICROBIOLÓGICO E DE IRRITABILIDADE DÉRMICA, FORNECENDO EM FARDOS. EMBALADOS EM CAIXAS COM, NO MÍNIMO, 2.400 FOLHAS INFORMADA NA CAIXA. (FORNECEDOR DEVE OFERECER O DISPENSER COMODATO, PREVISÃO DE USO 65 UNIDADES)	R\$33,48	R\$33.480,00
096	PAPEL TOALHA 22 X 19 CM 60 FOLHAS C/2 UNIDADES	UN	10	PAPEL TOALHA 22 X 19 CM 60 FOLHAS C/2 UNIDADES	R\$5,86	R\$58,60
097	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO BRANCO 1000FLS	PC	6.150	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO BRANCO 1000FLS	R\$22,85	R\$140.527,50
098	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO COR CREME 1000 FOLHAS	UN	420	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO COR CREME 1000 FOLHAS	R\$22,11	R\$9.286,20
099	PASTA DE SABÃO ROSA PARA MÃOS 04KG	BD	10	PASTA DE SABÃO ROSA PARA MÃOS PARA RETIRAR GRAXA E OLEOS 04 KGS	R\$34,90	R\$349,00
100	PENTE GROSSO COM CABO PARA CABELO	UN	10	PENTE GROSSO COM CABO PARA CABELO	R\$8,11	R\$81,10
101	PRENDEDOR EM PLÁSTICO PARA ROUPAS COM 12UN	DZ	145	PRENDEDOR EM PLÁSTICO PARA ROUPAS COM 12 UNIDADES	R\$4,93	R\$714,85



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



102	PROTETOR SOLAR FPS 60, CREME, ANTI UVA/UVB, OIL FREE, RESISTENTE AO SUOR	UN	2.005	PROTETOR SOLAR FPS 60, CREME, RESISTENTE AO SUOR, ALTA PROTEÇÃO UVA E UVB, LIVRE DE ÓLEO, TOQUE SECO, HIPOALERGÊNICO, EMBALAGEM COM 200mL	R\$60,37	R\$121.041,85
103	PULVERIZADOR 500ML	UN	230	PULVERIZADOR FABRICADO EM POLIPROPILENO, RESISTENTE PARA CARREGAR SOLUÇÕES DE LIMPEZA. COM JATO DIRIGIDO E EM LEQUE	R\$9,52	R\$2.189,60
104	RASTELO PARA JARDIM COM CABO	UN	6	RASTELO PARA JARDIM 26 DENTES COM CABO	R\$29,12	R\$174,72
105	REFIL MOP ÚMIDO 85% ALGODÃO E 15% POLIÉSTER, COMPATÍVEL COM HASTE EURO. INDICADOS PARA A HIGIENIZAÇÃO	UN	80	REFIL MOP ÚMIDO 85% ALGODÃO E 15% POLIÉSTER, COMPATÍVEL COM HASTE EURO. INDICADOS PARA A HIGIENIZAÇÃO HOSPITALAR E DE LABORATÓRIO, COM EXCELENTE ABRASÃO, ABSORÇÃO E ALTO PODER PARA RETIRAR LÍQUIDOS. COMPOSIÇÃO E FIOS PERFEITAMENTE TRAMADOS, DE MODO QUE NÃO SOLTEM FIAPOS. POSSUEM BARRA COLORIDA PARA IDENTIFICAÇÃO NA PARTE SUPERIOR DO REFIL. ESTA COLORAÇÃO DIFERENCIADA PERMITE QUE OS REFIS SEJAM IDENTIFICADOS E UTILIZADOS EM ÁREAS DIFERENTES, PREVENINDO A TRANSFERÊNCIA DE CONTAMINAÇÕES.	R\$27,51	R\$2.200,80
106	RODO 50CM C/ BORRACHA EVA	UN	2	RODO 50CM C/ BORRACHA EVA	R\$22,93	R\$45,86
107	RODO 65CM	UN	16	EQUIPAMENTO PRODUZIDO EM POLIPROPILENO COM ENCAIXE DO SISTEMA EURO. DISPONÍVEL EM CORES VARIADAS, QUE PODEM AUXILIAR NA PREVENÇÃO DA CONTAMINAÇÃO CRUZADA ENTRE AMBIENTES. DIMENSÕES 65CM. APRESENTAR FICHA TÉCNICA OU FOLDER.	R\$28,30	R\$452,80
108	RODO COM BASE DE PLASTICO E BORRACHA DUPLA - 40CM COM DURABILIDADE E QUALIDADE	UN	364	RODO COM BASE DE PLASTICO E BORRACHA DUPLA - 40CM COM DURABILIDADE E QUALIDADE	R\$19,08	R\$6.945,12
109	RODO COM BASE DE PLASTICO E BORRACHA DUPLA - 60 CM COM DURABILIDADE E QUALIDADE	UN	276	RODO COM BASE DE PLASTICO E BORRACHA DUPLA - 60 CM COM DURABILIDADE E QUALIDADE	R\$8,99	R\$2.481,24
110	RODO DE ALUMINIO COM CABO DE 130CM, BASE DE	UN	157	RODO DE ALUMINIO COM CABO DE 130CM, BASE DE 40CM	R\$37,72	R\$5.922,04



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



	40CM					
111	RODO DE ALUMINIO COM CABO DE 140CM	UN	60	RODO DE 60CM EM ALUMINIO COM CABO DE 140CM	R\$50,33	R\$3.019,80
112	RODO DE MADEIRA BORRACHA DUPLA - 60CM COM DURABILIDADE E QUALIDADE	UN	700	RODO DE MADEIRA BORRACHA DUPLA - 60CM COM DURABILIDADE E QUALIDADE	R\$17,16	R\$12.012,00
113	SABÃO CONCENTRADO BACTERICIDA 05 LTS	UN	30	SABÃO CONCENTRADO BACTERICIDA 05 LTS	R\$42,63	R\$1.278,90
114	SABAO EM BARRA GLICERINADO C/ 5 UNID Sabão glicerinado, neutro, em barra de 200 g cada; embalados e	PC	658	SABAO EM BARRA GLICERINADO C/ 5 UNID Sabão glicerinado, neutro, em barra de 200 g cada; embalados em pacotes com 5 unidades cada. ; data de fabricação, data de validade e lote.	R\$14,50	R\$9.541,00
115	SABÃO EM PÓ AZUL, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ANIÔNICOS, ALCALINIZANTE, BRANQUEADOR ÓPTICO, ENZIMAS, ALV	UN	2.835	SABÃO EM PÓ AZUL, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ANIÔNICOS, ALCALINIZANTE, BRANQUEADOR ÓPTICO, ENZIMAS, ALVEJANTE, AGENTE QUELANTE, FRAGRÂNICA, CORANTE E OUTROS. QUALIDADE SIMILAR/EQUIVALENTE AS MARCAS: TIXAN, MINUANO, YPÊ, SURF E BRILHANTE. EMBALAGEM COM 1 QUILO	R\$14,24	R\$40.370,40
116	SABONETE 11 GRS /BRANCO 1 QUALIDADE	UN	2.200	SABONETE 11 GRS /BRANCO 1 QUALIDADE	R\$1,35	R\$2.970,00
117	SABONETE 85 GS	UN	320	SABONETE 85 GS	R\$2,57	R\$822,40
118	SABONETE EM BARRA - 125 GRAMAS	UN	150	SABONETE EM BARRA - 125 GRAMAS	R\$4,20	R\$630,00
119	Sabonete em barra infantil	UN	1.510	Sabonete em barra infantil: produto hipoalergênico, com fragrância suave, para limpar suavemente sem agredir a pele, fórmula hidratante e dermatologicamente testado. Embalagem com no mínimo 80 gr. Validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$4,56	R\$6.885,60
120	SABONETE LIQ. PEROLADO PERFUMADO 5 LTS COM AÇÃO ANTIBACTERICIDA PRONTO - PARA USO - COM REGISTRO NA	GL	707	SABONETE LIQ. PEROLADO PERFUMADO 5 LTS COM AÇÃO ANTIBACTERICIDA PRONTO - PARA USO - COM REGISTRO NA ANVISA	R\$41,69	R\$29.474,83
121	SABONETE PARA AS MÃOS	UN	360	SABONETE EM ESPUMA P/ ASSEPSIA DAS MÃOS, SUAVE, FRAGANCIA FLORAL.SISTEMA DE DOSAGEM EM ESPUMA QUE PROPORCIONE MELHOR AÇÃO E CUSTO FINAL. FÓRMULA BALANCEADA QUE PERMITA MANTER A PELE SAUDAVEL MESMO APOS VARIOS CONTATOS.	R\$11,65	R\$4.194,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				REFIL EM BOLSA PLASTICA COM APROXIMADAMENTE 1.600 APLICAÇÕES. FORMULAÇÃO COM TENSOATIVOS DE ALTA EFICIENCIA PARA REMOÇÃO TOTAL DA SUJIDADE. COMPOSIÇÃO BÁSICA: COCAMIDE DEA, SODIUM LAURETH SULFATE, METHYL PARABEN/ BULTY PARABEN/ ETHYL PARABEN/ ISOBUTYL PARABEN, LANOLIN, PROPYLENE GLYCOL, TRIETHANOLAMINE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTRO DA SAUDE. FRASCO CONTENDO NO MÍNIMO 600ML CADA. APRESENTAR FICHA TECNICA E REGISTRO NA ANVISA. (FORNECEDOR DEVE OFERECER O DISPENSER COMODATO, PREVISÃO DE USO 65 UNIDADES)		
122	SACO BRANCO PARA PANO DE PRATO	UN	20		R\$2,95	R\$59,00
123	SACO DE LIXO 100LTS C/100UND REFORÇADO MEDIDAS: 75CM X105CM	PC	1.843	SACO DE LIXO 100LTS C/100UND REFORÇADO MEDIDAS: 75CM X105CM	R\$41,86	R\$77.147,98
124	SACO DE LIXO 15 LITROS C/20 UND MEDIDAS: 39CM X58CM	PC	100	SACO DE LIXO 15 LITROS C/20 UND MEDIDAS: 39CM X58CM	R\$4,55	R\$455,00
125	SACO DE LIXO COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS, NA COR PRETA, EM POLIETILENO, MEDIDAS: 59CM x 62CM, PACOTE COM 100 UNIDADES.	PC	10.320	SACO DE LIXO COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS, NA COR PRETA, EM POLIETILENO, MEDIDAS: 59CM x 62CM, PACOTE COM 100 UNIDADES.	R\$34,20	R\$346.104,00
126	SACO DE LIXO COM CAPACIDADE PARA 50 LITROS, NA COR PRETA, CONFECCIONADO EM POLIETILENO, MEDIDAS 63CM X 80 CM	PC	7.474	SACO DE LIXO COM CAPACIDADE PARA 50 LITROS, NA COR PRETA, CONFECCIONADO EM POLIETILENO, MEDIDAS 63CM x 80CM, PACOTE COM 100 UNIDADES.	R\$36,76	R\$274.744,24
127	SACO DE LIXO LEITOSO 100LTS COM 100UND - CLASSE II MEDIDAS: 75CM X105 CM	PC	10.230	SACO DE LIXO LEITOSO 100LTS COM 100UND - CLASSE II - MEDIDAS: 75CM X105 CM	R\$66,06	R\$675.793,80
128	SACO DE LIXO LEITOSO 30 LTS COM 100UND - CLASSE II - MEDIDAS: 59CM X62CM	PC	6.050	SACO DE LIXO LEITOSO 20 LTS COM 100UND - CLASSE II - MEDIDAS: 59CM X62CM	R\$30,91	R\$187.005,50
129	SACO HAMPER 120 LITROS, MEDIDAS DE 90 X 1,05CM	UN	8.000	SACO HAMPER 120 LITROS, MEDIDAS DE 90 X 1,05CM	R\$2,32	R\$18.560,00
130	SHAMPOO PARA CABELOS NORMAIS	LT	290	SHAMPOO PARA CABELOS NORMAIS 100ML	R\$21,97	R\$6.371,30



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



	1000ML					
131	SOBONETEIRA DE PLÁSTICO COM TAMPAS, CORES SORTIDAS, MATERIAL PLÁSTICO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 12,1 X	UN	12	SOBONETEIRA DE PLÁSTICO COM TAMPAS, CORES SORTIDAS, MATERIAL PLÁSTICO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 12,1 X 8,1 X 4,3 CM	R\$5,38	R\$64,56
132	SODA CAUSTICA CONCENTRAÇÃO DE 96 A 99% COM 01 QUILO	PC	5	SODA CAUSTICA CONCENTRAÇÃO DE 96 A 99% COM 01 QUILO	R\$19,45	R\$97,25
133	SOLUPAM DILUIÇÃO 1/40 GALÃO DE 5 LITROS	UN	24	SOLUPAM DILUIÇÃO 1/40 GALÃO DE 5 LITROS - FORNECER DILUIDOR AUTOMÁTICO	R\$38,03	R\$912,72
134	SOLUPAN DILUIÇÃO 1/100 CONCENTRADO BB DE 50 LITROS	UN	13	SOLUPAN DILUIÇÃO 1/100 CONCENTRADO BB DE 50 LITROS	R\$320,83	R\$4.170,79
135	SUPORTE DE PLASTICO PARA FIBRAS	UN	8	SUPORTE PLASTICO ARTICULADO, MOLDADO CO GANCHOS QUE PERMITAM A FIXAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE FIBRAS DE LIMPEZA	R\$23,20	R\$185,60
136	TAPETE PARA PORTA	UN	34	TAPETE PARA PORTA	R\$29,32	R\$996,88
137	VASSOURA DE FIBRA NYLON COM CABO - PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS, CASAS ETC.. COMPOSIÇÃO: CABO DE MADEIRA	UN	24	VASSOURA DE FIBRA NYLON COM CABO - PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS, CASAS ETC.. COMPOSIÇÃO: CABO DE MADEIRA E FIBRA NYLON	R\$29,90	R\$717,60
138	VASSOURA DE PALHA	UN	1.683	VASSOURA DE PALHA	R\$15,83	R\$26.641,89
139	VASSOURA DE PELO	UN	364	VASSOURA DE PELO	R\$14,08	R\$5.125,12
140	VASSOURA PARA LAVAR VASO	UN	292	VASSOURA PARA LAVAR VASO	R\$11,80	R\$3.445,60
141	VASSOURA PIAÇAVA	UN	452	VASSOURA PIAÇAVA	R\$18,26	R\$8.253,52
142	VELA DE FILTRO DE BARRO COMUM	UN	20	VELA DE FILTRO DE BARRO COMUM	R\$7,78	R\$155,60

1.2 - O objeto da licitação tem a natureza de aquisição de bens e serviços comuns.

1.3 - Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4 - A presente aquisição adotará o critério de julgamento **Menor Preço – Item**.

1.5 – O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata, prorrogável por mais 12 meses, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1 – O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições do art. 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

1.6 – Caso o objeto venha a ser prorrogado, seu preço poderá ser reajustado através do INPC, a cada período de 12 (doze) meses, aplicando-se o índice acumulado do período.

02 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de materiais de limpeza e outros justifica-se pois a limpeza dos ambientes, sobretudo dos locais públicos onde tramitam inúmeras pessoas diariamente é questão de saúde, pois um ambiente sujo pode transmitir diversas doenças oriundas de bactérias, ácaros e insetos. Um ambiente limpo favorece a qualidade de vida e saúde do quadro de colaboradores e aos usuários que frequentam os setores. A aquisição dos materiais de limpeza e outros justifica-se pela necessidade de manter a limpeza, higienização, desinfecção e conservação nas dependências da Prefeitura e de suas secretarias, além das escolas Municipais da área urbana e rural, limpeza do hospital municipal e unidades básica de saúde. Justifica-se também pela manutenção da higiene pessoal de crianças e adolescentes



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



institucionalizados no abrigo municipal, e pacientes do hospital municipal.

03 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A aquisição de materiais de limpeza são necessária a fim de suprir as instalações das Secretarias Municipais de maneira a permitir a promoção da integração dos servidores e da infraestrutura necessária ao atendimento das necessidades decorrentes. Considerando que não há inovação na presente contratação, a mesma se dará mediante a aquisição dos itens constantes neste presente estudo. Ressalta que há diversas empresas fornecedoras com uma variedade de marcas capazes de atender a demanda, bem como proporcionar competitividade ao mesmo.

3.2. O parcelamento da contratação é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidade autônomas.

04 – REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

4.1 - Obrigações da contratada

4.1.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

4.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

4.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

4.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.2 - Obrigações da Administração:

4.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



- 4.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 4.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 4.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 4.2.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo;
- 4.2.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo;
- 4.2.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 4.2.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

05 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. Entrega os itens conforme Solicitação da Secretaria Requisitante e definido em NAF no horário das 08h00min às 16h00min, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, conforme informado a cada emissão de Ordem de Fornecimento.
- 5.1.2. O prazo de entrega dos produtos será de **08 (oito) dias** consecutivos após o recebimento da NAF que será encaminhada para o e-mail informado na Proposta de Preços;
- 6.1.3. A Prefeitura Municipal de Presidente Olegário - MG reserva-se no direito de não receber os produtos que estiverem em desacordo com as disposições apresentadas neste instrumento convocatório.
- 6.1.4. A não entrega, a entrega incompleta ou insatisfatória dos itens, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento bem como as previstas em leis vigentes.

06 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 – As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

07 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÕES E DE PAGAMENTO

- 7.1. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **15 (quinze) dias** após a entrega, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos materiais.
- 7.1.1. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.
- 7.1.2. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da conferência, o objeto contratual não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.
- 7.1.3. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.
- 7.2. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.
- 7.2.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.
- 7.3. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017 e de acordo com o protocolo ICMS 19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais).
- 7.4. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irrevogável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

7.5. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

7.8. A CONTRATADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.

7.9. A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

7.10. O Município de Presidente Olegário, no ato dos pagamentos, realizará as retenções tributárias devidas, inclusive retenção do Imposto de Renda, nos termos da IN RFB nº 1.234/12, do Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023.

7.10.1. Compete exclusivamente aos fornecedores analisarem o disposto na IN RFB 1.234/12, no Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023 com vistas a requererem eventuais imunidades, isenções ou não incidência da retenção do Imposto de Renda.

08 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 - As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

8.2 - Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

8.3 - Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão os previstos e exigidos no edital.

09 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 - O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do menor preço item, consta no item 1.1 deste termo, podendo ser sigiloso conforme Art. 24 da Lei 14.133/21.

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa decorrente desta licitação está estimada em **R\$ 2.777.677,95** (Dois milhões setecentos e setenta e sete mil seiscentos e setenta e sete reais e noventa e cinco centavos).

10.2. Poderá ser utilizado qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2024, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços, conforme disposto no Art. 17 do Decreto Federal 11.462/23.

11 – SUBCONTRATAÇÃO:

11.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES:

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I- Der causa à inexecução parcial do contrato;

II- Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III- Der causa à inexecução total do contrato;

IV- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V- Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI- Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. moratória de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado** sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

12.4.1.1 O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.4.2. compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

13.1. Do reequilíbrio:

13.1.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico- financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do produto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

13.1.2. O reequilíbrio econômico financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

13.1.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

13.1.4. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo de manifestar interesse, assim bem como,



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



apresentar o cálculo minucioso do reequilíbrio econômico financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

13.1.5. Para a justa concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA deve apresentar Notas Fiscais que demonstrem o desequilíbrio do contrato, sendo, no mínimo, uma NF com Data Emissão próxima a data da última proposta da contratada e uma NF com Data Emissão atualizada, indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item, indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

13.1.6. Somente serão consideradas as solicitações de revisão dos preços, aquelas que tenham concluído o prazo mínimo da proposta, mantenham a margem de lucro estabelecida na assinatura do contrato, não ultrapassem a média dos preços encontrados no mercado em geral, que o contrato esteja vigente e ainda possua saldo.

13.1.7. Sem a apresentação das informações indicadas nos itens “8.2.5” e “8.2.6”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

13.1.8. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

13.1.9. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

13.1.10. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

13.1.11. Se for o caso, incube a Administração, como fiscal do contrato e por se tratar de tarefa Administrativa, verificar a correção da planilha de custos reequilibrada apresentada pela requerente, em confronto com a Planilha apresentada na proposta, por meio de servidor com conhecimento técnico ou setor competente, se ocorreu a efetiva repercussão dos eventos discriminados no pedido pela forma da Lei, assim, contemplando corretamente os custos que realmente tiveram os fatos comprovados e a partir de que data ocorreu.

13.1.12. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais, autenticados em cartório, ou autenticados por servidor) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

13.1.13. Os valores constantes do contrato serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do objeto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

14 - DA ENTREGA

14.1. Todos os materiais deverão ser entregues de forma parcelada mediante recebimento da Ordem de Fornecimento do Setor de Compras; e no local estipulado para entrega, acompanhada da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega no local de recebimento por funcionário competente sendo que a responsabilidade da entrega será por conta e risco do licitante adjudicado.

14.1.1. Prazo de entrega: em até 8 (oito) dias consecutivos, a contar do recebimento por parte da contratada da Ordem de Fornecimento.

14.2. O Município de Presidente Olegário se reserva o direito de não receber os itens licitados em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

14.3. A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os itens licitados em que se verifiquem irregularidades.

14.4. O Fornecedor sujeitar-se-á fiscalização dos itens licitados no ato da entrega, reservando-se ao Município de Presidente Olegário o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

14.5. Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos itens licitados.

14.6. O Município recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste contrato, termo de referência e proposta;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



- 14.7.** O recebimento provisório, será realizado pelo servidor designado do Município, dar-se-á no ato da entrega do objeto, após conferência de sua conformidade com as especificações do edital e da proposta;
- 14.8.** O recebimento definitivo, realizado pelo fiscal do contrato, dar-se-á em até 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após verificação da conformidade do objeto com as exigências e especificações do Contrato.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



APROVAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E OUTROS PARA TODAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO.

Considerando que o Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto que pretendemos contratar, **APROVO** o referido documento para que obrigatoriamente seja parte integrante do processo.

Presidente Olegário, 16 de maio de 2024.

Lara Fernandes R. Rodrigues
Secretária Municipal de Saúde

Nilda Maria de Sousa Borges
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Rafael Caetano da Fonseca
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Leonardo Santos Araújo
Secretário Municipal de Estradas e Transportes

Paula Dimieve Fernandes Netta
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

Eugênio Pinheiro Araújo
Secretário Municipal de Administração

Gilmar Caetano Da Silva
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2024

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO - MG

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E OUTROS PARA TODAS SECRETÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO.

Razão Social do Licitante:
CNPJ/CPF :
Endereço :
E-mail :
Telefone / Fax :
Representante : Nome:
Identificação:
Qualificação:
Assinatura:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
001	ABSORVENTE COM ABAS PACOTE COM 8 UNIDADES	PC	150	ABSORVENTE COM ABAS PACOTE COM 8 UNIDADES		
002	ÁGUA SANITÁRIA 2L	UN	7.764	ÁGUA SANITÁRIA 2L		
003	ÁLCOOL GEL 70% ANTISEPTICO	GL	1.017	ÁLCOOL GEL 70% ANTISEPTICO COM 5 LITROS		
004	ÁLCOOL 92,8 GRAUS C/LACRE DE 1 LT	UN	3.052	ÁLCOOL 92,8 GRAUS C/LACRE DE 1 LT		
005	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70%	LT	13.472	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70% COM 1L		
006	AMACIANTE DE ROUPAS 2 LITROS	UN	1.015	AMACIANTE DE ROUPAS 2 LITROS		
007	ANTISSÉPTICO SPRAY - ALCOOL	CX	50	ANTISSÉPTICO SPRAY - ALCOOL - HIGIENIZADOR ANTISSÉPTICO EM SPRAY P/ USO A SECO NAS MÃOS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM AMBIENTE HOSPITALAR. REFIL EM BOLSA PLÁSTICA . DEVERÁ PROMOVER ANTISSEPSIA RÁPIDA, ELIMINADO 99,99% DE GERMES E BACTERIAS. DISPENSA O ENXAGUE, ALCOOL ETILICO EXTRA FINO, SECAGEM RÁPIDA, DEVERÁ SER ABSORVIDO RAPIDAMENTE E NÃO DEIXAR A PELE OLEOSA OU PEGAJOSA; COMPOSIÇÃO BÁSICA:ALCOHOL, AQUA, PROPYLENE GLYCOL, HIDROXIETHYL UREA. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE; CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES, COM NO MINIMO 400MLCADA. APRESENTAR		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				FICHA TECNICA E REGISTRO NA ANVISA (FORNECEDOR DEVE OFERECER O DISPENSER COMODATO, PREVISÃO DE USO 80 UNIDADES)		
008	APARELHO PARA BARBEAR DESCARTÁVEL	PC	100	APARELHO PARA BARBEAR DESCARTÁVEL, COM LÂMINA REVESTIDA DE CROMO, CABO ANTIDESLIZANTE, LÂMINA REVESTIDA DE PLATINA E CROMO COM TAMPA PROTETORA COM 2 UNIDADES		
009	AVENTAL EM NAPA BRANCO +- 1,50M	UN	210	AVENTAL EM NAPA BRANCO +- 1,50M		
010	AVENTAL REFORÇADO PRETO/LARANJA EM PVC COM QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR À TREVIRA	UN	150	AVENTAL REFORÇADO PRETO/LARANJA DUPLA FACE FABRICADO EM PVC COM QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR À TREVIRA TAMANHO: 1,20 x 0,70m ESPESSURA APROXIMADA: 0,60mm		
011	BALDE DUPLO 30LTS	UN	2	BALDE DUPLO 30LTS - CONJUNTO DE BALDE PARA LIMPEZA COM SISTEMA DE 2 ÁGUAS COM DIVISÓRIA PARA 18 E 12 LITROS; ESPREMEDOR COM PRESSÃO SUPERIOR, COM DRENO DE ESCOAMENTO DE ÁGUA SUJA E RODIZIO. MEDIDAS: 52x37x84CM (CxLxA) - ADAPTÁVEL AO CARRO FUNCIONAL BRALIMPIA		
012	BICO PARA MANGUEIRA DE PRESSAO PLASTICO	UN	10	BICO PARA MANGUEIRA DE PRESSAO PLASTICO		
013	BOTINA	PA	200	BOTINA - numeração variada, sendo repassada na NAF Botina de Segurança em Couro para Trabalho.Modelo: Botina de Couro UnissexCor: PretoDESCRICHÃOBotina com biqueira resistente de PVC;Produto de couro legítimo;Possui elásticos nas laterais trazendo uma maior facilidade para calçar; Sola blaqueada (costurada), assegurando uma maior durabilidade;Solado de borracha.MEDIDASNumeração / Comprimento do Pé (cm) 37 25,5 38 26,0 39 27,0 40 27,5 41 28,0 42 28,5 43 29,5 44 30,0 45 30,5 46 31,0Produto enviado em até 24 horas após a confirmação do pagamento!Produto com Certificado de Aprovação - CAPor se tratar de EPI - Equipamento de Proteção Individual, possui a função de manter os pés do trabalhador protegidos de qualquer perigo externo, como objetos cortantes, pregos, chão escorregadio, objetos caindo, entre outros.		
014	BRILHO ALUMINIO 500 ML	UN	650	BRILHO ALUMINIO 500 ML		
015	BUCHA DUPLA FACE (ESPUMA E FIBRA SINTÉTICA) PARA COZINHA	UN	4.433	BUCHA DUPLA FACE (ESPUMA E FIBRA SINTÉTICA) PARA COZINHA		
016	BUCHA PARA BANHO PRIMEIRA QUALIDADE	UN	2.160	BUCHA PARA BANHO ADULTO, ESPUMA -DUAS FACES, ESPUMA SUAVE E FIBRA BRANCA		
017	CABO ALUMÍNIO PARA MOP COLORIDO	UN	25	CABOS DE ALUMÍNIO COLORIDOS COM HASTE EURO. DIÂMETROS DE 24 MM E 22 MM, ATENDEM AOS ACESSÓRIOS DE LIMPEZA PARA ESSE TIPO DE ENCAIXE SÃO MAIS FIRMES E SEGUROS PARA A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA.		
018	CALÇADO DE	PA	221	CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO BOTA,		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



	SEGURANÇA, TIPO BOTA, NA COR BRANCA, IMPERMEÁVEL, DE USO PROFISSIONAL, CONFECCIONADA EM P			NA COR BRANCA, IMPERMEÁVEL, DE USO PROFISSIONAL, CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), SEM FORRO, COM DESENHOS ANTIDERRAPANTES NO SOLADO, CANO MÉDIO, ABAIXO DO JOELHO. TAMANHOS DIVERSOS		
019	CARRO FUNCIONAL DE LIMPEZA PRETO, COM CAPACIDADE PARA SACO DE VINIL DE ATÉ 90 LITROS OU 50 KILOS. TA	UN	5	CARRO FUNCIONAL DE LIMPEZA PRETO, COM CAPACIDADE PARA SACO DE VINIL DE ATÉ 90 LITROS OU 50 KILOS. TAMANHO MÍNIMO: 116CM (P) X 100CM (A) X 57CM (L)		
020	CERA LIQUIDA AMARELA 750 ML	UN	24	CERA LIQUIDA AMARELA 750 ML		
021	CERA LIQUIDA INCOLOR 750 ML	UN	840	CERA LIQUIDA INCOLOR 750 ML		
022	COLETOR P/ PERFURCORTANTES C/ 20 LITROS	UN	500	COLETOR P/ PERFURCORTANTES C/ 20 LITROS		
023	CONDICIONADOR PARA CABELOS NORMAIS 1000ML	UN	190	CONDICIONADOR PARA CABELOS NORMAIS 1000ML		
024	CONJUNTO PARA LIMPEZA AMARELO COM 6 PEÇAS. O CONJUNTO DEVERÁ CONTER 01 BALDE COM RODINHAS E COM ESPR	CJ	5	CONJUNTO PARA LIMPEZA AMARELO COM 6 PEÇAS. O CONJUNTO DEVERÁ CONTER 01 BALDE COM RODINHAS E COM ESPREMEDOR, 01 CABO DE ALUMÍNIO EXTENSÍVEL COM 1,40M, 01 GARRA EURO PLÁSTICA, 02 REFIS STANDARD ALGODÃO CRÚ 300G E 01 PLACA SINALIZADORA COMPACT.		
025	CORDA PARA VARAL POLIPROPILENO COM 15M	UN	40	CORDA PARA VARAL POLIPROPILENO COM 15M		
026	CREME DENTAL C/ 50gr	UN	50	CREME DENTAL 50gr C/ 1500PPM		
027	CREME DENTAL C/90GRS C/1500PPM	UN	100	CREME DENTAL C/90GRS C/1500PPM		
028	CREME HIDRATANTE PARA PELE 500 GR FRAGRÂNCIAS DIVERSAS (ERVA DOCE ...)	UN	240	CREME HIDRATANTE PARA PELE 500 GR FRAGRÂNCIAS DIVERSAS (ERVA DOCE ...)		
029	CREME SEM ENXAGUE PARA CABELOS 1000 ml	UN	20	CREME SEM ENXAGUE PARA CABELOS 1000 ml		
030	DESINFETANTE C/2 LITROS	UN	414	DESINFETANTE C/2 LITROS		
031	DESINFETANTE CONCENTRADO GALAO 5LTS	UN	928	DESINFETANTE CONCENTRADO GALAO 5LTS		
032	DESINFETANTE HOSPITALAR A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO E BIGUANIDA CONCENTRADO - DILUIÇÃO 1:200 - D	UN	6	DESINFETANTE HOSPITALAR A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO E BIGUANIDA CONCENTRADO - DILUIÇÃO 1:200 - DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO DE 5º GERAÇÃO E BIGUANIDA POLIMÉRICA. GALÃO DE 5 LITROS. APRESENTAR REGISTRO NA ANVISA. DEVE APRESENTAR FICHA TÉCNICA E FISPQ.		
033	Desodorante antitranspirante roll-on 50 ml fragrância unisex	UN	150	Desodorante antitranspirante roll-on 50 ml fragrância unisex		
034	DETERGENTE AUTOMOTIVO - GALÃO COM 5 LITROS	UN	72	COMPOSIÇÃO ALQUILBENZENO, SULFONATO DE SODIO, LAURIL ÉTER SULFATO DE SODIO, TENSOATIVO ANIÔNICO, OPACIFICANTE, ESPESSANTES, UMECTANTE, ADITIVO, CONSERVANTES, SEQUESTANTE, NEUTRALIZANTE, SOLVENTE,		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				FRAGRÂNCIA, CORANTES PROPRIO PARA LAVAGEM DE VEICULOS		
035	DETERGENTE DESINCRUSTANTE ALCALINO.	UN	12	DETERGENTE ALCALINO É UMA SOLUÇÃO BIODEGRADÁVEL E CONCENTRADA COMPOSTO POR TENSOATIVOSANIÔNICOS, NÃO IÔNICOS E ALCALINIZANTES, COM UMA FORMULAÇÃO BALANCEADA QUE AGREGAM ALTODESEMPENHO E SEGURANÇA NA LIMPEZA DAS VIDRARIAS LABORATORIAIS, INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS E OUTROSUTENSÍLIOS. FRASCO CONTENDO 5 LITROS		
036	DETERGENTE LIQUIDO DILUIÇÃO 1:20 - GALÃO COM 5 LITROS	UN	250	DETERGENTE LIQUIDO DILUIÇÃO 1:20 - GALÃO COM 5 LITROS		
037	DETERGENTE LIQUIDO NEUTRO TRANSPARENTE, TRANSLUCIDO, COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE	UN	12.970	DETERGENTE LIQUIDO NEUTRO TRANSPARENTE, TRANSLUCIDO, COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, SEQUESTRANTE E TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL; TESTADO DERMATOLOGICAMENTE; FRASCO COM 500ML, DENSIDADE MÍNIMA DE 490G/500ML. DATA DE FABRICAÇÃO E LOTE IMPRESSOS NO FRASCO. VALIDADE MÍNIMA DE 23 MESES. MARCA DE REFERÊNCIA YPÊ, MINUANO OU SIMILAR.		
038	DETERGENTE MULTIENZIMÁTICO.	UN	12	DETERGENTE MULTIENZIMÁTICO DE ALTO DESEMPENHO COM 5 ENZIMAS E 2 TENSOATIVOS NÃO IÔNICOS PARA LIMPEZA DE MATERIAIS MÉDICOS E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS NO PROCESSO MANUAL. FÓRMULA ESTÁVEL E EQUILIBRADA CONTENDO CONCENTRAÇÃO DE TENSOATIVOS PROPORCIONAL A DILUIÇÃO DE USO, GARANTINDO A LIMPEZA DOS MATERIAIS MESMO COM ALTA CARGA ORGÂNICA COM BAIXO NÍVEL DE ESPUMA. REGISTRADO NA ANVISA E QUE ATENDA A RDC55/2012. PROPORCIONE REDUÇÃO COMPROVADA DE NO MÍNIMO 98% DA CARGA ORGÂNICA, MESMO COM ALTA CARGA DE SUJIDADE, NÃO CORROSIVO NEM IRRITANTE DERMICO OU OCULAR. BIODEGRADÁVEL E ISENTO DE EDTA E NONIL FENOL. CONCENTRAÇÃO DE TENSOATIVOS ACIMA DE 7,40%. GALÃO CONTENDO 5 LITROS.		
039	DISCO DE FIBRA AMARELO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL	UN	24	DISCO DE FIBRA AMARELO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL CL350 - LIMPEZA LEVE E BRILHO		
040	DISCO DE FIBRA AZUL PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL	UN	24	DISCO DE FIBRA AZUL PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL CL350 - REMOÇÃO DE SUJEIRAS E TRATAMENTO DE PISO		
041	DISCO DE FIBRA BRANCO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL	UN	24	DISCO DE FIBRA BRANCO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL CL350 - POLIMENTO COM ALTO NÍVEL DE BRILHO		
042	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO COM VÁLVULA E RESERVATÓRIO	UN	5	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO COM VÁLVULA E RESERVATÓRIO		
043	ESCOVA DE LAVAR	UN	78	ESCOVA DE LAVAR ROUPA BASE DE		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



	ROUPA BASE DE MADEIRA			MADEIRA		
044	ESCOVA DENTAL ADULTO 4 FILEIRAS	UN	80	ESCOVA DENTAL ADULTO 4 FILEIRAS		
045	ESCOVA DENTAL INFANTIL 4 FILEIRAS	UN	100	ESCOVA DENTAL INFANTIL 4 FILEIRAS		
046	ESCOVA PARA LAVAR MAMADEIRA	UN	50	ESCOVA PARA LAVAR MAMADEIRA		
047	ESCOVA PARA LAVAR ROUPAS PLASTICA	UN	128	ESCOVA PARA LAVAR ROUPAS PLASTICA		
048	ESPONJA DE AÇO C/8 UND pte 60grs	UN	3.647	ESPONJA DE AÇO C/8 UND pte 60grs		
049	ESTOPA BRANCA COM 150Grs	UN	48	ESTOPA BRANCA COM 150Grs		
050	ESTOPA, BRANCA, PRIMEIRA LINHA 50 KG	FD	6	ESTOPA, BRANCA, PRIMEIRA LINHA 50KG		
051	FIBRA DE LIMPEZA PESADA - VERDE	UN	60	FIBRA DE LIMPEZA PESADA - VERDE - PRODUTO À BASE DE FIBRAS SINTÉTICAS E MINERAL ABRASIVO, UNIDOS POR RESINA À PROVA D'ÁGUA. PRODUZIDAS DENTRO DE MODERNOS PADRÕES TECNOLÓGICOS, PODEM SER USADAS EM DIVERSAS APLICAÇÕES DESDE A ÁREA GASTRONÔMICA ATÉ A LIMPEZA PESADA DE PISOS E PAREDES.DE ACORDO COM A VIGILÂNCIA SANITÁRIA, SUBSTITUEM COM SUCESSO AS LÂS DE AÇO, POIS NÃO SOLTAM RESÍDUOS QUE CONTAMINAM ALIMENTOS E AMBIENTES, SENDO MUITO MAIS EFICIENTES PARA A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA. LIMPEZA PESADA. APRESENTAR FICHA TECNICA		
052	FIBRA DE LIMPEZA VIDRO - BRANCA	UN	60	FIBRA DE LIMPEZA VIDRO - BRANCA - PRODUTO À BASE DE FIBRAS SINTÉTICAS E MINERAL ABRASIVO, UNIDOS POR RESINA À PROVA D'ÁGUA. PRODUZIDAS DENTRO DE MODERNOS PADRÕES TECNOLÓGICOS, PODEM SER USADAS EM DIVERSAS APLICAÇÕES DESDE A ÁREA GASTRONÔMICA ATÉ A LIMPEZA PESADA DE PISOS E PAREDES.DE ACORDO COM A VIGILÂNCIA SANITÁRIA, SUBSTITUEM COM SUCESSO AS LÂS DE AÇO, POIS NÃO SOLTAM RESÍDUOS QUE CONTAMINAM ALIMENTOS E AMBIENTES, SENDO MUITO MAIS EFICIENTES PARA A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA. MACIA. APRESENTAR FICHA TECNICA		
053	FIO DENTAL 100 M EM FRASCO	UN	124	FIO DENTAL EM POLIAMIDA, CERA E AROMA. ROLO COM 100 METROS.		
054	FLANELA PARA LIMPEZA 30X40CM	UN	855	FLANELA PARA LIMPEZA 30X40CM		
055	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO M - PACOTE COM 80 UNIDADES	PC	20	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO M - PACOTE COM NO MÍNIMO 80 UNIDADES, FRALDA HIPOALERGÊNICA, DE ALTA ABSORÇÃO, COM BARREIRA ANTI VAZAMENTO. REFERÊNCIAS: PAMPERS CONFORT SEC, PERSONAL PREMIUM, MAMY POKO, CREMER MAGIC CARE, HUGGIES SUPREME CARE OU SIMILARES.		
056	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO G - PACOTE COM 72	PC	20	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO G - PACOTE COM 72 UNIDADES FRALDA HIPOALERGÊNICA,		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



	UNIDADES					
				DE ALTA ABSORÇÃO, COM BARREIRA ANTI VAZAMENTO. REFERÊNCIAS: PAMPERS CONFORT SEC, PERSONAL PREMIUM, MAMY POKO, CREMER MAGIC CARE, HUGGIES SUPREME CARE OU SIMILARES.		
057	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO XXG COM NO MÍNIMO 54 UNIDADES	PC	40	FRALDA HIPOALERGÊNICA, DE ALTA ABSORÇÃO, COM BARREIRA ANTI VAZAMENTO. REFERÊNCIAS: PAMPERS CONFORT SEC, PERSONAL PREMIUM, MAMY POKO, CREMER MAGIC CARE, HUGGIES SUPREME CARE OU SIMILARES.		
058	FRALDA DESCARTÁVEL TAMANHO P COM NO MÍNIMO 100 FRALDAS	PC	20	FRALDA HIPOALERGÊNICA INFANTIL, DE ALTA ABSORÇÃO, COM BARREIRA ANTI VAZAMENTO. REFERÊNCIAS: PAMPERS CONFORT SEC, PERSONAL PREMIUM, MAMY POKO, CREMER MAGIC CARE, HUGGIES SUPREME CARE OU SIMILARES.		
059	FRALDA DESCARTÁVEL. GERIÁTRICA ADULTO - TAM. G COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES	PC	300	FRALDA DESCARTÁVEL. GERIÁTRICA ADULTO - TAM. G COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES PRODUTO DISCRETO, GEL SUPER ABSORVENTE - USO PROLONGADO, FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO, 2 FITAS AJUSTÁVEIS PARA MAIOR CONFORTO E SEGURANÇA, INDICADOR DE UMIDADE COM CÓDIGO DE BARRAS, TESTADO E APROVADO DERMATOLÓGICAMENTE, HIPOALERGÊNICO, COM ALOE VERA.		
060	FRALDA DESCARTÁVEL. GERIÁTRICA ADULTO - TAM. M COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES	PC	30	FRALDA DESCARTÁVEL. GERIÁTRICA ADULTO - TAM. M COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES PRODUTO DISCRETO, GEL SUPER ABSORVENTE - USO PROLONGADO, FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO, 2 FITAS AJUSTÁVEIS PARA MAIOR CONFORTO E SEGURANÇA, INDICADOR DE UMIDADE COM CÓDIGO DE BARRAS, TESTADO E APROVADO DERMATOLÓGICAMENTE, HIPOALERGÊNICO, COM ALOE VERA.		
061	FRALDA DESCARTÁVEL. GERIÁTRICA ADULTO - TAM. P COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES	PC	30	FRALDA DESCARTÁVEL. GERIÁTRICA ADULTO - TAM. P COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES PRODUTO DISCRETO, GEL SUPER ABSORVENTE - USO PROLONGADO, FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO, 2 FITAS AJUSTÁVEIS PARA MAIOR CONFORTO E SEGURANÇA, INDICADOR DE UMIDADE COM CÓDIGO DE BARRAS, TESTADO E APROVADO DERMATOLÓGICAMENTE, HIPOALERGÊNICO, COM ALOE VERA.		
062	FRALDA DESCARTÁVEL. GERIÁTRICA ADULTO - TAM. XG COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES	PC	30	FRALDA DESCARTÁVEL. GERIÁTRICA ADULTO - TAM. XG COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES - PESO ACIMA 90 KG PRODUTO DISCRETO, GEL SUPER ABSORVENTE - USO PROLONGADO, FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO, 2 FITAS AJUSTÁVEIS PARA MAIOR CONFORTO E SEGURANÇA, INDICADOR DE UMIDADE COM CÓDIGO DE BARRAS, TESTADO E APROVADO DERMATOLÓGICAMENTE, HIPOALERGÊNICO, COM ALOE VERA.		
063	GUARDANAPO PAPEL 24X22 C/50	PC	40	GUARDANAPO PAPEL 24X22 C/50		
064	HASTE FLEXÍVEL DE	CX	10	HASTE FLEXÍVEL DE PLÁSTICO COM		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



	PLÁSTICO COM ALGODÕES EM SUAS PONTAS C/75 UND			ALGODÕES EM SUAS PONTAS C/75 UND		
065	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% - 5 LITROS	UN	840	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% - 5 LITROS - DESINFETANTE HOSPITALAR A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%, PARA SUPERFÍCIE E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS. POSSUI AÇÃO BACTERICIDA. INDICADO PARA DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES FIXAS NÃO METÁLICAS DE HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE. APRESENTAR FICHA TÉCNICA, FISPQ E REGISTRO NA ANVISA.		
066	HIPOCLORITO DE SÓDIO 12% CONCENTRADO	UN	120	HIPOCLORITO DE SÓDIO 12% CONCENTRADO- 5 LITROS		
067	ISQUEIRO GRANDE DE BOA QUALIDADE	UN	260	ISQUEIRO GRANDE DE BOA QUALIDADE		
068	LENÇO UMIDECIDO, COMPOSTO DE ÁGUA PURIFICADA, PROPILENOGLICOL, LANOLINA, COCAMIDOPROPIL BETAÍNA, PO	PC	10	LENÇO UMIDECIDO, COMPOSTO DE ÁGUA PURIFICADA, PROPILENOGLICOL, LANOLINA, COCAMIDOPROPIL BETAÍNA, POLISSORBATO, EDTA, METILPARABENO, FRAGÂNCIA BRONOPOL E VITAMINA E. DIMENSÕES APROXIMADAS: LENÇO (A x L) 18,7 x 16,1 cm. (pacote com 48 unidades)		
069	LIMPA ALUMINIO 200 LTS CONCENTRADO 1/100	UN	7	LIMPA ALUMINIO 200 LTS CONCENTRADO 1/100		
070	LIMPA CHAO LIMPEZA PESADA COM 500ML	UN	50	LIMPA CHAO LIMPEZA PESADA COM 500ML		
071	LIMPA VIDRO VIDREX OU SIMILAR C/500ML	UN	204	LIMPA VIDRO VIDREX OU SIMILAR C/500ML, COM AÇÃO ANTI-ESTÁTICA, COM ESPUMA CONTROLADA E SECAGEM ULTRA-RÁPIDA.		
072	LIMPADOR MULTIUSO INSTANTANEO 500ML	UN	1.023	LIMPADOR MULTIUSO INSTANTANEO 500ML		
073	LIXEIRA HOSPITALAR 100LTS	UN	26	LIXEIRA TUBULAR C/ PEDAL 100LTS MATERIAL: POLIETILENO ROTOMOLDADO SEM SOLDAS OU EMENDAS, TRATAMENTO UV APRESENTAR FICHA TECNICA OU FOLDER. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURAX LARGURA - 69x 50CM		
074	LIXEIRA HOSPITALAR 30LTS	UN	50	LIXEIRA TUBULAR C/ PEDAL 30LTS MATERIAL: POLIETILENO ROTOMOLDADO SEM SOLDAS OU EMENDAS, TRATAMENTO UV APRESENTAR FICHA TECNICA OU FOLDER. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURAX LARGURA - 44x 34CM		
075	LIXEIRA HOSPITALAR 50LTS	UN	24	LIXEIRA TUBULAR C/ PEDAL 50LTS MATERIAL: POLIETILENO ROTOMOLDADO SEM SOLDAS OU EMENDAS, TRATAMENTO UV APRESENTAR FICHA TECNICA OU FOLDER. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURAX LARGURA - 54x44CM		
076	LUBRIFICANTE MINERAL PARA INSTRUMENTAL CIRURGICO.	UN	2	LUBRIFICANTE MINERAL PARA INSTRUMENTAL CIRURGICO; NÃO SILICONADO; PARA LUBRIFICAR E PREVENIR OS INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS DE CORROSÃO, FERRUGEM, MANCHAS E O ENRIJECIMENTO DO INSTRUMENTAL, DEIXANDO UMA PELÍCULA PROTETORA NA SUPERFÍCIE DO MATERIAL. FRASCO DE 1 LITRO		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



077	LUVA ANTI CORTE COM FORRO EM DYNEEMA E ELASTANO E REVESTIMENTO EM LATEX NITRILICO.	PA	150	LUVA ANTI CORTE COM FORRO EM DYNEEMA E ELASTANO, REVESTIMENTO EM LATEX NITRILICO. PROPRIA PARA MANUSEIO DE MATERIAIS CORTANTES.		
078	LUVA ANTI-CHAMA IMPERMEAVEL 38CM	UN	3	LUVA ANTI-CHAMA IMPERMEAVEL 38CM		
079	LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRILICA, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA FACE PALMAR E PONT	PA	3.435	LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRILICA, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA FACE PALMAR E PONTA DOS DEDOS, REVESTIMENTO INTERNO COM FORRO, COR VERDE, DIVERSOS TAMANHOS (P, M, G, XG).		
080	LUVA DE VAQUETA COM PUNHO DE RASPA G	PA	360	LUVA DE VAQUETA COM PUNHO DE RASPA G		
081	MANGUEIRA 1/2 POLEGADA LONADA 100 METROS	UN	1	MANGUEIRA 1/2 POLEGADA LONADA 100 METROS		
082	MANGUEIRA JARDIM 30 METROS	UN	11	MANGUEIRA JARDIM 30 METROS		
083	MANGUEIRA JARDIM SILICONADA 50 METROS	UN	1	MANGUEIRA JARDIM SILICONADA 50 METROS		
084	MASCARA CIRURGICA TRIPLA DESCARTAVEL COM ELASTICO (CAIXA COM 50 UNIDADES)	UN	250	MASCARA CIRURGICA TRIPLA DESCARTAVEL COM ELASTICO - ATOXICA, HIPOALERGENICA, 100% POLIPROPILENO, NAO ESTERIL, NAO INFLAMAVEL, ISENTA DE FIBRA DE VIDRO, SEM LATEX, USO UNICO.		
085	MULTI USO C/ 500ML DESENGORDURANTE	UN	120	MULTI USO C/ 500ML DESENGORDURANTE		
086	PA COLETORA COM CAIXA	UN	1	PÁ COLETORA COM CAIXA EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA E CABO DE ALUMÍNIO COM MANOPLA COM FORMATO ANATÔMICO, APRESENTA ALTURA CORRETA PARA O OPERADOR QUE EFETUA O RECOLHIMENTO DOS DETRITOS E SUJIDADES EM PISOS, LEVE E RESISTENTE EVITA A FADIGA DO OPERADOR PODENDO SER UTILIZADA EM TODOS OS AMBIENTES. APRESENTAR FICHA TÉCNICA OU FOLDER		
087	PÁ DE LIXO PLASTICA C/ CABO LONGO	UN	229	PÁ DE LIXO PLASTICA C/ CABO LONGO		
088	PALHA DE AÇO	UN	40	PALHA DE AÇO		
089	PANO DE PRATO EM TECIDO TAMANHO 0,66 X 0,41	UN	915	PANO DE PRATO EM TECIDO TAMANHO APROXIMADO 0,66 X 0,41		
090	PANO PARA LIMPEZA DE PISO	UN	382	PANO ALVEJADO PARA LIMPEZA DE PISO 22 BATIDAS - 50x70CM		
091	PANO PARA LIMPEZA DE PISO aproximadamente 0,80 x 0,60 cm	UN	1.658	PANO PARA LIMPEZA DE PISO		
092	PAPEL HIGIENICO COM FOLHA DUPLA, 30 METROS- PACOTE COM 64 UNIDADES	PC	852	PAPEL HIGIENICO COM FOLHA DUPLA, 16X4X1X30MT-1 QUALIDADE- PACOTE COM 64 UNIDADES		
093	PAPEL HIGIÊNICO, FOLHA SIMPLES, COR CREME, PICOTADO, ROLO MEDINDO 60M POR 10CM, FARDO COM 64 ROLOS.	FD	300	PAPEL HIGIÊNICO, FOLHA SIMPLES, COR CREME, PICOTADO, ROLO MEDINDO 60M POR 10CM, FARDO COM 64 ROLOS.		
094	PAPEL HIGIÊNICO, FOLHA SIMPLES, ROLÃO DE 300MTS DE 8 CM A 10 CM DE LARGURA,	UN	100	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, ALTO GRAU DE ALVURA, FOLHA SIMPLES, MACIA, ALTA ABSORÇÃO, ROLÃO DE 300MTS DE 8 CM A 10 CM DE LARGURA,		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



	EMBALADOS DE FORMA ADEQ			EMBALADOS DE FORMA ADEQUADA PARA NÃO DANIFICAR NEM CONTAMINAR O PRODUTO CONTENDO 08 UNIDADES. (FORNECEDOR DEVE OFERECER O DISPENSER COMODATO, PREVISÃO DE USO 40 UNIDADES)		
095	PAPEL TOALHA 100% CELULOSE VIRGEM	CX	1.000	PAPEL TOALHA 03 DOBRAS/M ³ , BRANCO, 100% FIBRAS VIRGENS NÃO TRANSGÊNICAS, DIMENSÃO APROXIMADA :23X27CM, GRAMATURA DE 36 A 39GRS/M ² , DEVERÁ APRESENTAR LAUDO MICROBIOLÓGICO E DE IRRITABILIDADE DÉRMICA, FORNECENDO EM FARDOS. EMBALADOS EM CAIXAS COM, NO MÍNIMO, 2.400 FOLHAS INFORMADA NA CAIXA. (FORNECEDOR DEVE OFERECER O DISPENSER COMODATO, PREVISÃO DE USO 65 UNIDADES)		
096	PAPEL TOALHA 22 X 19 CM 60 FOLHAS C/2 UNIDADES	UN	10	PAPEL TOALHA 22 X 19 CM 60 FOLHAS C/2 UNIDADES		
097	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO BRANCO 1000FLS	PC	6.150	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO BRANCO 1000FLS		
098	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO COR CREME 1000 FOLHAS	UN	420	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO COR CREME 1000 FOLHAS		
099	PASTA DE SABÃO ROSA PARA MÃOS 04KG	BD	10	PASTA DE SABÃO ROSA PARA MÃOS PARA RETIRAR GRAXA E OLEOS 04 KGS		
100	PENTE GROSSO COM CABO PARA CABELO	UN	10	PENTE GROSSO COM CABO PARA CABELO		
101	PRENDEDOR EM PLÁSTICO PARA ROUPAS COM 12UN	DZ	145	PRENDEDOR EM PLÁSTICO PARA ROUPAS COM 12 UNIDADES		
102	PROTETOR SOLAR FPS 60, CREME, ANTI UVA/UVB, OIL FREE, RESISTENTE AO SUOR	UN	2.005	PROTETOR SOLAR FPS 60, CREME, RESISTENTE AO SUOR, ALTA PROTEÇÃO UVA E UVB, LIVRE DE ÓLEO, TOQUE SECO, HIPOALERGÊNICO, EMBALAGEM COM 200mL		
103	PULVERIZADOR 500ML	UN	230	PULVERIZADOR FABRICADO EM POLIPROPILENO, RESISTENTE PARA CARREGAR SOLUÇÕES DE LIMPEZA. COM JATO DIRIGIDO E EM LEQUE		
104	RASTELO PARA JARDIM COM CABO	UN	6	RASTELO PARA JARDIM 26 DENTES COM CABO		
105	REFIL MOP ÚMIDO 85% ALGODÃO E 15% POLIÉSTER, COMPATÍVEL COM HASTE EURO. INDICADOS PARA A HIGIENIZAÇÃO	UN	80	REFIL MOP ÚMIDO 85% ALGODÃO E 15% POLIÉSTER, COMPATÍVEL COM HASTE EURO. INDICADOS PARA A HIGIENIZAÇÃO HOSPITALAR E DE LABORATÓRIO, COM EXCELENTE ABRASÃO, ABSORÇÃO E ALTO PODER PARA RETIRAR LÍQUIDOS. COMPOSIÇÃO E FIOS PERFEITAMENTE TRAMADOS, DE MODO QUE NÃO SOLTEM FIAPOS. POSSUEM BARRA COLORIDA PARA IDENTIFICAÇÃO NA PARTE SUPERIOR DO REFIL. ESTA COLORAÇÃO DIFERENCIADA PERMITE QUE OS REFIS SEJAM IDENTIFICADOS E UTILIZADOS EM ÁREAS DIFERENTES, PREVENINDO A TRANSFERÊNCIA DE CONTAMINAÇÕES.		
106	RODO 50CM C/ BORRACHA EVA	UN	2	RODO 50CM C/ BORRACHA EVA		
107	RODO 65CM	UN	16	EQUIPAMENTO PRODUZIDO EM		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				POLIPROPILENO COM ENCAIXE DO SISTEMA EURO. DISPONÍVEL EM CORES VARIADAS, QUE PODEM AUXILIAR NA PREVENÇÃO DA CONTAMINAÇÃO CRUZADA ENTRE AMBIENTES. DIMENSÕES 65CM. APRESENTAR FICHA TÉCNICA OU FOLDER.		
108	RODO COM BASE DE PLASTICO E BORRACHA DUPLA - 40CM COM DURABILIDADE E QUALIDADE	UN	364	RODO COM BASE DE PLASTICO E BORRACHA DUPLA - 40CM COM DURABILIDADE E QUALIDADE		
109	RODO COM BASE DE PLASTICO E BORRACHA DUPLA - 60 CM COM DURABILIDADE E QUALIDADE	UN	276	RODO COM BASE DE PLASTICO E BORRACHA DUPLA - 60 CM COM DURABILIDADE E QUALIDADE		
110	RODO DE ALUMINIO COM CABO DE 130CM, BASE DE 40CM	UN	157	RODO DE ALUMINIO COM CABO DE 130CM, BASE DE 40CM		
111	RODO DE ALUMINIO COM CABO DE 140CM	UN	60	RODO DE 60CM EM ALUMINIO COM CABO DE 140CM		
112	RODO DE MADEIRA BORRACHA DUPLA - 60CM COM DURABILIDADE E QUALIDADE	UN	700	RODO DE MADEIRA BORRACHA DUPLA - 60CM COM DURABILIDADE E QUALIDADE		
113	SABÃO CONCENTRADO BACTERICIDA 05 LTS	UN	30	SABÃO CONCENTRADO BACTERICIDA 05 LTS		
114	SABAO EM BARRA GLICERINADO C/ 5 UNID Sabão glicerinado, neutro, em barra de 200 g cada; embalados e	PC	658	SABAO EM BARRA GLICERINADO C/ 5 UNID Sabão glicerinado, neutro, em barra de 200 g cada; embalados em pacotes com 5 unidades cada. ; data de fabricação, data de validade e lote.		
115	SABÃO EM PÓ AZUL, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ANIÔNICOS, ALCALINIZANTE, BRANQUEADOR ÓPTICO, ENZIMAS, ALV	UN	2.835	SABÃO EM PÓ AZUL, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ANIÔNICOS, ALCALINIZANTE, BRANQUEADOR ÓPTICO, ENZIMAS, ALVEJANTE, AGENTE QUELANTE, FRAGRÂNICA, CORANTE E OUTROS. QUALIDADE SIMILAR/EQUIVALENTE AS MARCAS: TIXAN, MINUANO, YPÉ, SURF E BRILHANTE. EMBALAGEM COM 1 QUILO		
116	SABONETE 11 GRS /BRANCO 1 QUALIDADE	UN	2.200	SABONETE 11 GRS /BRANCO 1 QUALIDADE		
117	SABONETE 85 GS	UN	320	SABONETE 85 GS		
118	SABONETE EM BARRA - 125 GRAMAS	UN	150	SABONETE EM BARRA - 125 GRAMAS		
119	Sabonete em barra infantil	UN	1.510	Sabonete em barra infantil: produto hipoalergênico, com fragrância suave, para limpar suavemente sem agredir a pele, fórmula hidratante e dermatologicamente testado. Embalagem com no mínimo 80 gr. Validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega.		
120	SABONETE LIQ. PEROLADO PERFUMADO 5 LTS COM AÇÃO ANTIBACTERICIDA PRONTO - PARA USO - COM REGISTRO NA	GL	707	SABONETE LIQ. PEROLADO PERFUMADO 5 LTS COM AÇÃO ANTIBACTERICIDA PRONTO - PARA USO - COM REGISTRO NA ANVISA		
121	SABONETE PARA AS MÃOS	UN	360	SABONETE EM ESPUMA P/ ASSEPSIA DAS MÃOS, SUAVE, FRAGANCIA FLORAL.SISTEMA DE DOSAGEM EM ESPUMA QUE PROPORCIONE MELHOR AÇÃO E CUSTO FINAL. FÓRMULA BALANCEADA QUE PERMITA MANTER A PELE SAUVAVEL MESMO APOS VARIOS		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				CONTATOS. REFIL EM BOLSA PLASTICA COM APROXIMADAMENTE 1.600 APLICAÇÕES. FORMULAÇÃO COM TENSOATIVOS DE ALTA EFICIENCIA PARA REMOÇÃO TOTAL DA SUJIDADE. COMPOSIÇÃO BÁSICA: COCAMIDE DEA, SODIUM LAURETH SULFATE, METHYLPARABEN/ BULTYPARABEN/ ETHYLPARABEN/ ISOBUTYLPARABEN, LANOLIN, PROPYLENE GLYCOL, TRIETHANOLAMINE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTRO DA SAUDE. FRASCO CONTENDO NO MÍNIMO 600ML CADA. APRESENTAR FICHA TECNICA E REGISTRO NA ANVISA. (FORNECEDOR DEVE OFERECER O DISPENSER COMODATO, PREVISÃO DE USO 65 UNIDADES)		
122	SACO BRANCO PARA PANO DE PRATO	UN	20			
123	SACO DE LIXO 100LTS C/100UND REFORÇADO MEDIDAS: 75CM X105CM	PC	1.843	SACO DE LIXO 100LTS C/100UND REFORÇADO MEDIDAS: 75CM X105CM		
124	SACO DE LIXO 15 LITROS C/20 UND MEDIDAS: 39CM X58CM	PC	100	SACO DE LIXO 15 LITROS C/20 UND MEDIDAS: 39CM X58CM		
125	SACO DE LIXO COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS, NA COR PRETA, EM POLIETILENO, MEDIDAS: 59CM x 62CM, PACOTE COM 100 UNIDADES.	PC	10.320	SACO DE LIXO COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS, NA COR PRETA, EM POLIETILENO, MEDIDAS: 59CM x 62CM, PACOTE COM 100 UNIDADES.		
126	SACO DE LIXO COM CAPACIDADE PARA 50 LITROS, NA COR PRETA, CONFECCIONADO EM POLIETILENO, MEDIDAS 63CM X 80 CM	PC	7.474	SACO DE LIXO COM CAPACIDADE PARA 50 LITROS, NA COR PRETA, CONFECCIONADO EM POLIETILENO, MEDIDAS 63CM x 80CM, PACOTE COM 100 UNIDADES.		
127	SACO DE LIXO LEITOSO 100LTS COM 100UND - CLASSE II MEDIDAS: 75CM X105 CM	PC	10.230	SACO DE LIXO LEITOSO 100LTS COM 100UND - CLASSE II MEDIDAS: 75CM X105 CM		
128	SACO DE LIXO LEITOSO 30 LTS COM 100UND - CLASSE II - MEDIDAS: 59CM X62CM	PC	6.050	SACO DE LIXO LEITOSO 20 LTS COM 100UND - CLASSE II - MEDIDAS: 40CM X50CM		
129	SACO HAMPER 120 LITROS, MEDIDAS DE 90 X 1,05CM	UN	8.000	SACO HAMPER 120 LITROS, MEDIDAS DE 90 X 1,05CM		
130	SHAMPOO PARA CABELOS NORMAIS 1000ML	LT	290	SHAMPOO PARA CABELOS NORMAIS 1000ML		
131	SOBONETEIRA DE PLÁSTICO COM TAMPA, CORES SORTIDAS, MATERIAL PLÁSTICO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 12,1 X	UN	12	SOBONETEIRA DE PLÁSTICO COM TAMPA, CORES SORTIDAS, MATERIAL PLÁSTICO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 12,1 X 8,1 X 4,3 CM		
132	SODA CAUSTICA CONCENTRAÇÃO DE 96 A 99% COM 01 QUILO	PC	5	SODA CAUSTICA CONCENTRAÇÃO DE 96 A 99% COM 01 QUILO		
133	SOLUPAM DILUIÇÃO 1/40 GALÃO DE 5 LITROS	UN	24	SOLUPAM DILUIÇÃO 1/40 GALÃO DE 5 LITROS - FORNECER DILUIDOR AUTOMÁTICO		
134	SOLUPAN DILUIÇÃO 1/100 CONCENTRADO BB DE 50 LITROS	UN	13	SOLUPAN DILUIÇÃO 1/100 CONCENTRADO BB DE 50 LITROS		
135	SUPORTE DE PLASTICO	UN	8	SUPORTE PLASTICO ARTICULADO,		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



	PARA FIBRAS			MOLDADO CO GANCHOS QUE PERMITAM A FIXAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE FIBRAS DE LIMPEZA		
136	TAPETE PARA PORTA	UN	34	TAPETE PARA PORTA		
137	VASSOURA DE FIBRA NYLON COM CABO - PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS, CASAS ETC.. COMPOSIÇÃO: CABO DE MADEIRA	UN	24	VASSOURA DE FIBRA NYLON COM CABO - PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS, CASAS ETC.. COMPOSIÇÃO: CABO DE MADEIRA E FIBRA NYLON		
138	VASSOURA DE PALHA	UN	1.683	VASSOURA DE PALHA		
139	VASSOURA DE PELO	UN	364	VASSOURA DE PELO		
140	VASSOURA PARA LAVAR VASO	UN	292	VASSOURA PARA LAVAR VASO		
141	VASSOURA PIAÇAVA	UN	452	VASSOURA PIAÇAVA		
142	VELA DE FILTRO DE BARRO COMUM	UN	20	VELA DE FILTRO DE BARRO COMUM		

DECLARAMOS que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, encargos tributários, transportes, encargos trabalhistas, dentre outros. Finalmente, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus Anexos.

Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contadas a partir da presente data.

Prazo de Entrega: Conforme Edital

Condições de Pagamento: Conforme Edital

_____, _____ de _____ de 2024

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES DE ME, EPP OU EQUIPARADA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei e que cumpre os requisitos legais para qualificação como:

Microempresa, ME, () Empresa de Pequeno Porte, EPP, definida no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006;

Sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP, tendo auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

(Assinalar a condição da empresa)

Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/21.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 2024

Nome e assinatura do representante legal

(carimbo da empresa)



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



ANEXO IV

DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ **DECLARA**, sob as penas da Lei, que:

- Atendem aos requisitos de habilitação,
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por fim **DECLARA** pela **veracidade das informações prestadas**, na forma da lei.

_____, _____ de _____ de 2024

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14133/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2024

Fiscal da Ata de Registro de Preços: Correspondente a cada Secretaria

Gestor da Ata de Registro de Preços: Lara Fernandes R. Ribeiro, Leonardo Santos Araújo, Nilda Maria de Sousa Borges, Paula Dimieve Fernandes Netta, Gilmar Caetano Da Silva, Rafael Caetano da Fonseca, Eugênio Pinheiro Araújo.



Por esta Ata de Registro de Preços, que fazem entre si, de um lado o MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor RHENYS DA SILVA CAMBRAIA, brasileiro, casado, Militar da Reserva; inscrito no CPF sob o nº _____ e Carteira de Identidade RG: _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº ____, Bairro _____, CEP 38750-000, em Presidente Olegário - MG, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a

empresa _____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº _____/_____-__ situada _____, nº ____ CIDADE/UF, CEP, neste ato REPRESENTADA por seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, inscrito no CPF nº _____ e RG nº _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar a presente ata de registro de preços, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, pelo Decreto Municipal nº 1.497, de 01 de agosto de 2022 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. A presente ata de registro de preços decorre da homologação do Processo Licitatório nº. 055/2024 por meio do Pregão Eletrônico nº. 036/2024 pelo procedimento de Registro de Preços 027/2024 regido, subsidiariamente, pelo disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, e demais normas pertinentes.

1.2. Integram esta Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos, o Edital da Licitação, o Termo de Referência anexo ao Edital de licitação, a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA e os eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E SECRETARIAS REQUISITANTES

2.1. O objeto da presente ata é a **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E OUTROS PARA TODAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2. Secretaria Requisitante:

Secretaria Municipal de Administração

Gestor: Eugenio Pinheiro Araújo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Gestor: Paula Dimieve Fernandes Netta

Secretaria Municipal de Saúde

Gestor: Lara Fernandes R. Ribeiro

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Gestor: Nilda Maria de Sousa Borges

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Gestor: Rafael Caetano da Fonseca.

Secretaria Municipal de Estradas e Transporte

Gestor: Leonardo Santos Araújo

Fiscal: Correspondente a cada Secretaria

Gestor: Gilmar Caetano Da Silva

Fiscal: Correspondente a cada Secretaria



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Conforme estabelecido no Edital e/ou Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano a contar da data de __/__/____, findando em __/__/____, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133 de 2021.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições do art. 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

5.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução da Ata devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão da Ata.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Conforme estabelecido no termo de referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A presente ARP tem o seu valor com o total de R\$ ____ (____ reais), conforme quadro abaixo.

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Unidade	Valor do Item	Valor Total
Total do Fornecedor:						

7.2. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **15 (quinze)** dias após a entrega, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento/serviço efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos materiais.

7.2.1. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.

7.2.2. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da conferência, o objeto contratual não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

7.2.3. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

7.3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

7.3.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

7.4. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de ARP, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017 e de acordo com o protocolo ICMS 19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais).

7.5. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irrevogável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

7.6. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

7.8. A CONTRATADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



7.9. A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

7.10. O Município de Presidente Olegário, no ato dos pagamentos, realizará as retenções tributárias devidas, inclusive retenção do Imposto de Renda, nos termos da IN RFB nº 1.234/12, do Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023.

7.10.1. Compete exclusivamente aos fornecedores analisarem o disposto na IN RFB 1.234/12, no Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023 com vistas a requererem eventuais imunidades, isenções ou não incidência da retenção do Imposto de Renda.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO

8.1. Do reequilíbrio:

8.1.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico- financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do produto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

8.1.2. O reequilíbrio econômico financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

8.1.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.1.4. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo de manifestar interesse, assim bem como, apresentar o cálculo minucioso do reequilíbrio econômico financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

8.1.5. Para a justa concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA deve apresentar Notas Fiscais que demonstrem o desequilíbrio do contrato, sendo, no mínimo, uma NF com Data Emissão próxima a data da última proposta da contratada e uma NF com Data Emissão atualizada, indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item, indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

8.1.6. Somente serão consideradas as solicitações de revisão dos preços, aquelas que tenham concluído o prazo mínimo da proposta, mantenham a margem de lucro estabelecida na assinatura do contrato, não ultrapassem a média dos preços encontrados no mercado em geral, que o contrato esteja vigente e ainda possua saldo.

8.1.7. Sem a apresentação das informações indicadas nos itens “8.2.5” e “8.2.6”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

8.1.8. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

8.1.9. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

8.1.10. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

8.1.11. Se for o caso, incube a Administração, como fiscal do contrato e por se tratar de tarefa Administrativa, verificar a correção da planilha de custos reequilibrada apresentada pela requerente, em confronto com a Planilha apresentada na proposta, por meio de servidor com conhecimento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



técnico ou setor competente, se ocorreu a efetiva repercussão dos eventos discriminados no pedido pela forma da Lei, assim, contemplando corretamente os custos que realmente tiveram os fatos comprovados e a partir de que data ocorreu.

8.1.12. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais, autenticados em cartório, ou autenticados por servidor) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

8.1.13. Os valores constantes do contrato serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do objeto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

9.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo;

9.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo;

9.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. São obrigações da **CONTRATADA**:

9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.2.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.2.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.2.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Conforme estabelecido no termo de referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I- Der causa à inexecução parcial da ARP;

II- Der causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III- Der causa à inexecução total da ARP;

IV- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V- Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI- Praticar ato fraudulento na execução da ARP;

VII- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII- Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes **sanções**:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.

b) As peculiaridades do caso concreto.

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da ARP licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. moratória de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado** sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

11.4.1.1 O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção da ARP por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.4.4. compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da ARP, no caso de inexecução total do objeto.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ARP, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A ata de registro de preço do fornecedor será cancelada quando:

12.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços.

12.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

12.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

12.1.4. Sofrer sanção prevista no artigo 156 da Lei 14.133/21.

12.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

12.2.1. por razão de interesse público;

12.2.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

12.2.3. se não houver êxito nas negociações quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Poderão ser utilizadas qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2024, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços.

13.2. A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2024, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação desta ata, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento.

Presidente Olegário/MG, ___ de _____ de 2024.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Rhenys da Silva Cambraia

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL

Secretário(a)

EMPRESA

Representante Legal

TESTEMUNHAS: I - _____

Nome CPF:

II - _____

Nome CPF:



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO CONFORME ART 92 14.133/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2024

Fiscal da Ata de Registro de Preços: Correspondente a cada Secretaria.

Gestor da Ata de Registro de Preços: Lara Fernandes R. Ribeiro, Leonardo Santos Araújo, Nilda Maria de Sousa Borges, Paula Dimieue Fernandes Netta e Rafael Caetano da Fonseca, Eugênio Pinheiro Araújo, Gilmar Caetano Da Silva



Por este contrato, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **RHENYS DA SILVA CAMBRAIA**, brasileiro, casado, Militar da Reserva; inscrito no CPF sob o nº _____ e Carteira de Identidade RG: _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, CEP 38750-000, em Presidente Olegário - MG, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº. _____, situada na Rua _____, nº _____, Bairro _____, **CIDADE/UF**, CEP _____, telefone _____, e-mail _____, neste ato REPRESENTADA por seu representante legal, o (a) Sr.(a) _____, inscrita no CPF nº. _____, e RG nº. _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, pelo Decreto Municipal nº 1.497, de 01 de agosto de 2022 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. O presente contrato decorre da homologação do Processo Licitatório nº. 055/2024 por meio do Pregão Eletrônico nº 036/2024 regido, subsidiariamente, pelo disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, e demais normas pertinentes.

1.2. Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência do Edital de licitação, o próprio edital e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA e demais documentos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem como objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E OUTROS PARA TODAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

2.2. Secretaria Requisitante:

Secretário Municipal de Administração

Eugênio Pinheiro Araújo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Gestor: Paula Dimieue Fernandes Netta

Secretaria Municipal de Saúde

Gestor: Lara Fernandes R. Ribeiro

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Gestor: Nilda Maria de Sousa Borges

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Gestor: Rafael Caetano da Fonseca.

Secretaria Municipal de Estradas e Transporte

Gestor: Leonardo Santos Araújo

Fiscal: Correspondente a cada Secretaria

Gestor: Gilmar Caetano Da Silva

Fiscal: Correspondente a cada Secretaria

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ENTREGA, RECEBIMENTO/MEDIÇÃO)



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



3.1. Conforme estabelecido no termo de referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O presente contrato terá vigência de meses ou anos a partir da data de ___/___/___, findando em ___/___/___ e poderá ser prorrogado caso haja interesse entre as partes desde que em conformidade com o art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

5.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Conforme estabelecido no termo de referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O presente contrato tem o seu valor com o total de R\$___ (___ reais), conforme quadro abaixo.

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Unidade	Valor do Item	Valor Total
Total do Fornecedor:						

7.2. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **15 (quinze)** dias após a entrega, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento/serviço efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos materiais.

7.2.1. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.

7.2.2. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da conferência, o objeto contratual não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

7.2.3. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

7.3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

7.3.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

7.4. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017 e de acordo com o protocolo ICMS 19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais).

7.5. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irrevogável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

7.6. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

7.8. A CONTRATADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



7.9. À critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

7.10. O Município de Presidente Olegário, no ato dos pagamentos, realizará as retenções tributárias devidas, inclusive retenção do Imposto de Renda, nos termos da IN RFB nº 1.234/12, do Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023.

7.10.1. Compete exclusivamente aos fornecedores analisarem o disposto na IN RFB 1.234/12, no Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023 com vistas a requererem eventuais imunidades, isenções ou não incidência da retenção do Imposto de Renda.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO

8.1. Do reequilíbrio:

8.1.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do produto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

8.1.2. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

8.1.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.1.4. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo de manifestar interesse, assim bem como, apresentar o cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

8.1.5. Para a justa concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA deve apresentar Notas Fiscais que demonstrem o desequilíbrio do contrato, sendo, no mínimo, uma NF com Data Emissão próxima a data da última proposta da contratada e uma NF com Data Emissão atualizada, indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item, indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

8.1.6. Somente serão consideradas as solicitações de revisão dos preços, aquelas que tenham concluído o prazo mínimo da proposta, mantenham a margem de lucro estabelecida na assinatura do contrato, não ultrapassem a média dos preços encontrados no mercado em geral, que o contrato esteja vigente e ainda possua saldo.

8.1.7. Sem a apresentação das informações indicadas nos itens “8.2.5” e “8.2.6”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

8.1.8. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

8.1.9. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

8.1.10. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

8.1.11. Se for o caso, incube a Administração, como fiscal do contrato e por se tratar de tarefa Administrativa, verificar a correção da planilha de custos reequilibrada apresentada pela requerente, em confronto com a Planilha apresentada na proposta, por meio de servidor com conhecimento técnico ou setor competente, se ocorreu a efetiva repercussão dos eventos discriminados no pedido pela forma da Lei, assim, contemplando corretamente os custos que realmente tiveram os fatos



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



comprovados e a partir de que data ocorreu.

8.1.12. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais, autenticados em cartório, ou autenticados por servidor) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

8.1.13. Os valores constantes do contrato serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do objeto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

9.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo;

9.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo;

9.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. São obrigações da **CONTRATADA**:

9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.2.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



9.2.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.2.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Conforme estabelecido no termo de referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

11.1. Comete **infração** administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I- Der causa à inexecução parcial do contrato;

II- Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III- Der causa à inexecução total do contrato;

IV- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V- Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI- Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII- Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes **sanções**:

e) Advertência;

f) Multa;

g) Impedimento de licitar e contratar e

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

f) A natureza e a gravidade da infração cometida.

g) As peculiaridades do caso concreto.

h) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

i) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

j) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. moratória de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado** sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

11.4.1.1 O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.4.4. compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES E DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. Das alterações:

12.1.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do [art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.1.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.1.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. Da extinção:

12.2.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- Indenizações e multas.

12.2.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa com o objeto correrá à conta da dotação orçamentária abaixo, relativa ao exercício de 202__ e suas correspondentes ao ano posterior:

Dotação Orçamentária

8.2. Havendo necessidade, poderão ser acrescentadas novas dotações ao processo por meio de apostilamento de ficha.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento.

Presidente Olegário/MG, ___ de ___ de 2024.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Rhenys da Silva Cambraia

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL

Secretário(a)

EMPRESA

Representante Legal

TESTEMUNHAS: I - _____

Nome CPF:

II - _____

Nome CPF: